



Índice

- 01** Núcleo de apoio a comunidades tradicionais faz primeira reunião
- 02** Taques recebe cacique Raoni e manda levantar demarcações de terras indígenas em MT
- 03** Índios abrigados em garagem abandonada receberão aluguel social de R\$ 800 da Funai
- 04** Secretário André Facó visita obras no CIPP
- 05** Delegado é designado para apurar crimes relacionados à disputa de terra no sul da Bahia
- 06** Bancada ruralista apoia Eduardo Cunha para presidir Câmara
- 07** Uma ilha, um casarão, muitos fantasmas
- 08** Marinha apoia Projeto Rondon no Arquipélago do Marajó (PA)
- 09** MPT-PR contabiliza 315 denúncias sobre trabalho escravo
- 10** Quilombolas de Oriximiná têm direito ao uso sustentável da castanha-do-Pará
- 11** Instituto Mamirauá oferece oportunidades de emprego
- 12** Assentados fornecem alimentos para grupo hospitalar de Porto Alegre
- 13** Município de Roraima adota as línguas Macuxi e Wapichana
- 14** Alcoolismo: Principal causa de violência nas aldeias do povo Apinajé



- 15** Audiência Pública debate a regularização urbana do Município de Pacaraima
- 16** Sudoeste tem 18 cidades entre as 100 com mais vulnerabilidade social no campo
- 17** Cooperativas do Juruá apresentam resultados para equipe de governo
- 18** Alunos dos quilombos da região estão sem atendimento adequado
- 19** Produção de tabaqui no Lago Tucuruí atenderá a 35 mil famílias
- 20** Justiça questiona identidade de remanescentes quilombolas no Amazonas
- 21** Campanha pela resistência Munduruku
- 22** União pede expulsão de índios que ocupam prédio público em Roraima, mas silencia sobre áreas privadas invadidas no Mato Grosso do Sul
- 23** Projeto Peixe Vivo chega pela primeira vez ao consumidor
- 24** Incra cadastra 14 famílias para desocupar terra indígena no MA
- 25** Exposição em Santarém, PA, mostra estampas inspiradas na arte tapajônia
- 26** Recurso judicial é protocolado para anular sentença que declara inexistente a TI Maró
- 27** Vice-governadora recebe carta de reivindicações dos povos indígenas do Tocantins
- 28** Mudanças na Educação: Resolução do quadro de escolas é publicada com novidades para o ano letivo de 2015
- 29** Normas de sobredireito para resolver conflitos de direitos humanos
- 30** MPF insiste na demarcação da terra indígena Sawré Muybu, no Pará

Núcleo de apoio a comunidades tradicionais faz primeira reunião
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 22.01.2015



O governador destacou a importância da criação do núcleo, que vai garantir ações que obedeçam as especificidades de cada povo

Da Redação
Agência Pará de Notícias

O recém-criado Núcleo de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Negras e Remanescentes de Quilombo, que vai tratar das políticas públicas específicas para essas comunidades, fez a primeira reunião de trabalho na manhã desta quarta-feira, 21, no Hangar Convenções e Feiras da Amazônia. O governador Simão Jatene se reuniu com representantes de diversas comunidades quilombolas do Pará para tratar das principais diretrizes que irão nortear as ações de governo para os povos quilombolas nos próximos quatro anos.

O governador destacou a importância da criação do núcleo, que irá trabalhar em conjunto com as secretarias estaduais, para garantir ações que obedeçam as especificidades de cada povo. "O núcleo tem um duplo papel. De um lado, executar determinadas políticas públicas para esse tipo de comunidade; do outro, valorizar, no próprio governo, a transversalidade. Na hora que você discute as políticas públicas para os quilombolas, por exemplo, isso não pode ser assunto de um determinado órgão, tem que ser parte do governo", disse Jatene.

CONT.



O núcleo irá provocar e coordenar as diversas ações de governo, com orçamento específico e estrutura para atuar transversalmente na área da segurança, educação e saúde, com políticas que tenham um olhar global para a sociedade e atenção que respeite as diferenças e necessidades específicas. "Para se garantir a unidade social, é preciso ter a capacidade de perceber a diversidade nessa unidade, a diversidade nos vários grupos que compõem a sociedade. As atividades desenvolvidas pelo Estado devem ter o condão de buscar a unidade, mas respeitando as diferenças e essa diversidade", reiterou o governador.

O Núcleo de Apoio aos Povos Indígenas, Comunidades Negras e Remanescentes de Quilombo será coordenado por Adelina Braglia, que presidia o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp). Ela frisou que o setor vai funcionar nos moldes do programa Raízes, que vigorou do ano 2000 ao ano de 2006. "Vai ser uma equipe técnica que, em conjunto com a Comissão Estadual de Apoio à Política de Remanescentes, junto a lideranças indígenas e a outras comunidades negras, vai estabelecer prioridades e metas dentro do orçamento vigente", detalhou.

O núcleo vai funcionar, provisoriamente, no Centro Integrado de Governo (CIG). A estrutura própria deve ser determinada até março deste ano, "mantendo esse núcleo de ação direta com a população, bem próximo ao governo", reiterou Adelina, relatando que o expediente de trabalho já foi iniciado. "Esta reunião reestabelece nosso contato com a Malungo - Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará. Agora vamos começar as negociações e informações das atividades do núcleo para as pessoas interessadas", declarou.

O coordenador da Malungo, José Carlos Galiza, avaliou positivamente a reunião. "A busca da Malungo é sempre na efetivação da política estadual quilombola, então sempre buscamos que na estrutura do governo houvesse um órgão que pudesse ser articulador da política e que pudesse fazer ações integradas do governo para as comunidades quilombolas. Acho que o núcleo vai trazer essa condição. O governador sempre teve compromisso e sensibilidade com as comunidades quilombolas e acho que isso foi mais um passo", avaliou.

O deputado federal Arnaldo Jordy, que acompanhou a reunião, parabenizou a iniciativa do governo. "Esta agenda é absolutamente imprescindível para o Brasil e para o Estado do Pará. Temos no território brasileiro um passivo muito grande desde os 200 anos de escravidão, e aqui os 180 anos da Cabanagem, em que um terço da população, basicamente negra e indígena, foi dizimado. Portanto, é um passivo histórico que o governo do Estado está resgatando com a criação do núcleo, que vai cuidar dessas populações que estão hoje ocupando um papel secundário, sendo marginalizadas, com déficit de políticas públicas maior do que a média da sociedade".

Dani Filgueiras.
Secretaria de Estado de Comunicação.



Taques recebe cacique Raoni e manda levantar demarcações de terras indígenas em MT

SÍTIO CENÁRIO MT, 21.01.2015

O governador Pedro Taques (PDT) recebeu ontem (20), no Palácio Paiaguás, o cacique Raoni Metuktire e outras lideranças das etnias Xavante, Kayapó, Pareci e Mutina. Em pauta, o início de um diálogo importante para a busca de soluções para as principais demandas da população indígena do estado. A principal preocupação é com a PEC 215, que coloca nas mãos do Congresso Nacional o poder de novas demarcações de terras indígenas.

Raoni foi um dos convidados especiais da cerimônia de posse de Taques, realizada no Centro de Eventos do Pantanal no dia 01 de janeiro. O cacique roubou a cena no evento e pediu o apoio do governador para combater a proposta de emenda constitucional. No mesmo palanque estavam grandes lideranças ruralistas como o senador Jayme Campos (DEM) e o deputado federal Nilson Leitão (PSDB).

Taques não fugiu ao debate e já desencadeou ações para estudar as principais zonas de conflito entre os índios e a classe produtora. O governador solicitou à Procuradoria Geral do Estado (PGE), na segunda-feira (19), que encaminhe um ofício ao Ministério da Justiça para que o Estado tenha conhecimento de todas as formas de demarcação que existem em Mato Grosso para que tenhamos esse quadro e possamos trabalhar cada um dos casos.

As lideranças indígenas definiram quatro demandas emergenciais ligadas à infraestrutura. Um cronograma de reuniões individuais com cada etnia foi proposto pelo governador para receber as solicitações específicas de cada grupo. Os líderes destacaram a importância desse estreitamento na relação entre poder executivo e a comunidade indígena, ainda mais no início de gestão.

Representando toda a comunidade indígena do estado, o cacique Raoni Metuktire demandou a recuperação da rodovia MT-322 – antiga BR-080 – que atravessa o Parque Nacional do Xingu e faz a ligação das rodovias federais 158 e 163. O pedido também compreende a doação de nova balsa para a travessia do Rio Xingu, no ponto em que o rio corta a estrada.

Como o pedido da balsa já tinha sido feito em abril de 2013, Taques afirmou que vai levantar em que fase está essa solicitação, o que está pendente nesse processo, para então dar uma resposta concreta às lideranças. Já a demanda pela recuperação da estrada será encaminhada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (Sinfra). “Vamos pedir para o secretário receber a comunidade lá na secretaria”, determinou o chefe do executivo.

Os líderes debateram ainda a indicação de um representante indígena para compor a Superintendência de Assuntos Indígenas, ligada à Casa Civil. Durante a reunião ficou acordado que, à medida que o governador se reunir individualmente com cada etnia, será indicado um nome por grupo e, ao final, será escolhido um representante único para toda comunidade. A preocupação no chefe do executivo é chegar a um nome que seja consenso entre os povos.

Índios abrigados em garagem abandonada receberão aluguel social de R\$ 800 da Funai

SÍTIO A CRÍTICA, 21.01.2015

O acordo foi concretizado em audiência de conciliação, na tarde desta terça-feira (20), na Justiça Federal do Amazonas



Segundo o termo de audiência, a Funai deve efetuar o primeiro pagamento até 15 de fevereiro (Divulgação)

As nove famílias indígenas abrigadas desde 2011 em garagem abandonada da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Centro de Manaus (AM), receberão aluguel social provisório no valor de R\$ 800 cada uma. O acordo foi concretizado em audiência de conciliação, na tarde desta terça-feira (20), na Justiça Federal do Amazonas, após intervenção da unidade da Defensoria Pública da União no Amazonas (DPU/AM), por meio do defensor público federal Edilson Santana, que assiste os indígenas desde fevereiro de 2013.

O pagamento do aluguel social foi consequência da pressão exercida pela DPU/AM no curso do processo, resultando em acordo com a Funai e a Superintendência Estadual de Habitação (Suhab), também representada na audiência. "A Funai estava descumprindo a decisão do [Tribunal Regional Federal da 1ª Região] TRF1, então o acordo acabou sendo uma forma de evitar que houvesse maiores constrições judiciais em razão dessa decisão", considerou o defensor público federal Edilson Santana, referindo-se à liminar de junho do ano passado, do

CONT.



TRF1, que mandou a Funai providenciar local digno e adequado para abrigar as famílias indígenas.

Segundo o termo de audiência, a Funai deve efetuar o primeiro pagamento até 15 de fevereiro, quando começa a contar o prazo máximo de 30 dias para que as famílias desocupem o imóvel e encontrem moradia digna. O aluguel social terá o prazo mínimo de seis meses, enquanto as famílias aguardam o andamento dos processos com a Suhab para obtenção de habitação popular, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Nova audiência para prestação de informações da Suhab foi marcada para o próximo dia 27 de julho.

Liminar não cumprida

Em junho passado, após diversas tentativas de solucionar a questão administrativamente, a DPU/AM ajuizou ação civil pública perante a Justiça Federal no Amazonas e, em grau de recurso, conseguiu decisão liminar no TRF1 determinando que a Funai providenciasse, em 30 dias, local digno e adequado para abrigar as famílias indígenas que vivem em condições precárias na garagem abandonada da fundação, no centro da capital amazonense. Como a determinação não foi cumprida, agendou-se audiência de conciliação.

Conforme noticiado pela imprensa local, as famílias das etnias Tikuna e Kokama foram retiradas de suas terras em Tabatinga (AM) em razão de conflitos fundiários e trazidas para Manaus pela própria Funai. Os indígenas foram abrigados temporariamente na garagem da entidade federal com a promessa de serem realocadas em melhores condições pelo então coordenador regional da Funai, Odiney Rodrigues.



Secretário André Facó visita obras no CIPP

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 21.01.2015

O secretário da infraestrutura do Estado, André Facó, visitou nesta quarta-feira (21) as diversas obras desenvolvidas pela Seinfra no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, em São Gonçalo do Amarante, Região Metropolitana de Fortaleza. No local, conheceu de perto os serviços da segunda expansão daquele Terminal de Múltiplas Utilidades – TMUT do Porto do Pecém, obras de instalação da correia transportadora de minérios e a operação da correia transportadora de carvão mineral e seu descarregador, entre outras obras.

Acompanhado do engenheiro André Pierre, da Coordenadoria de Transportes e Obras da Seinfra e de representantes das comunidades Anacé, o secretário André Facó conheceu os trabalhos de implantação da Reserva Indígena Taba dos Anacé, às margens da CE-085, no município de Caucaia, também na Região Metropolitana de Fortaleza. Criada pelo Governo do Estado para abrigar as populações indígenas realocadas por conta da construção da refinaria Premium II, em planejamento pela Petrobras, o empreendimento terá 163 residências, acessos viários, escola, rede elétrica, de abastecimento de água, posto de saúde entre outros benefícios. A obra faz parte do compromisso firmado entre o Governo estadual, Petrobras, Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio - Funai e as comunidades indígenas dos Anacé de Bolso e Matões que serão realocadas de áreas do CIPP para aquele local. Os serviços foram iniciados em setembro do ano passado, devendo ficar prontos em fevereiro próximo. O valor da obra é de cerca de R\$ 30 milhões, que incluem a aquisição do terreno e construção da infraestrutura. “A ideia da visita é saber como está o andamento das diversas obras que estão sendo tocadas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. São obras como a Reserva Indígena Taba dos Anacé, a expansão do Porto do Pecém, Correia Transportadora de Minérios, dentre outras que serão de extrema importância para o crescimento do CIPP e que terão atenção especial da Seinfra”, destacou o Secretário.

Pecém em expansão

Na área do porto, o secretário recebeu do diretor-presidente da Companhia de Integração do Ceará - Cearáportos, Erasmo Pitombeira, informações acerca da implantação de infraestrutura essenciais à continuidade do processo de crescimento da prestação de serviços do Pecém, que no ano passado movimentou 8,2 milhões de toneladas de mercadorias.

As obras da nova expansão do TMUT do Pecém incluem uma nova ponte de acesso ao quebra-mar existente, com 1.520 metros de extensão, a pavimentação de 1.065 metros sobre o quebra-mar; a ampliação do quebra-mar em cerca de 90 metros; o alargamento de aproximadamente 33 metros da ponte; e a construção de 600 metros de cais com dois berços de atracação de navios cargueiros ou porta-contêineres. Os trabalhos estão sendo realizados

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12/ 2015

Brasília, 22 de janeiro de 2015.

pelo consórcio Marquise/QG/Ivaí e deverão estar concluídos até o final de 2016. O investimento é de R\$ 568,7 milhões.

21.01.2015

Assessoria de Comunicação da Seinfra

Marco da Escóssia (85 8898-4318 / 85 3216-3764)

Twitter: @seinfrace

Facebook: www.facebook.com/SeinfraCE

Delegado é designado para apurar crimes relacionados à disputa de terra no sul da Bahia

SÍTIO R7, 21.01.2015

Encontro teve o objetivo de pedir celeridade nas investigações do crimes



Decisão foi tomada durante reunião entre o secretário da Segurança Pública, representantes indígenas e pequenos agricultores da região
Divulgação

Um delegado especial foi designado para investigar os crimes decorridos dos conflitos pela posse de terra em municípios como Ilhéus, Una e Buerarema, no sul da Bahia.

A decisão foi tomada durante reunião entre o secretário da Segurança Pública, Maurício Teles Barbosa, representantes indígenas e pequenos agricultores da região, na tarde de terça-feira (20). O encontro teve o objetivo de pedir celeridade nas investigações de crimes relacionados à disputa.

Os constantes conflitos são provenientes da briga pela demarcação de terras, que depende de decisão judicial, naquela região. A polícia também deve investigar a ação de bandidos que se apresentam como supostos indígenas.

Bancada ruralista apoia Eduardo Cunha para presidir Câmara
SÍTIO O ECO, 21.01.2015

Daniele Bragança



Eduardo Cunha, deputado pelo PMDB-RJ, da bancada evangélica, e também presidente da Câmara dos sonhos da bancada ruralista.
Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

A bancada ruralista já sabe em quem votar para a concorrida presidência da Câmara dos Deputados. O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ganhou apoio formal na semana passada, após prometer facilitar a tramitação de temas caros da bancada. Até o momento, candidataram-se 3 deputados para o cargo de presidente da Câmara: Eduardo Cunha (PMDB-RJ), Júlio Delgado (PSB-MG) e Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Entre esse temas está a retomada da PEC 215, que transfere para o Congresso o poder de demarcar Terras Indígenas, Terras Quilombolas e criar Unidades de Conservação. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 foi arquivada em dezembro/2014, após o colegiado formado para analisá-la não conseguir votar antes do término dos trabalhos legislativos. A proposta foi para a gaveta, episódio comemorado como uma vitória dos grupos indígenas e deputados contrários à PEC, que fizeram pressão para impedir a votação.

CONT.



O alívio durou pouco.

Apelidada de PEC das Terras Indígenas, a PEC 215 também afeta a criação de novas Unidades de Conservação. Até hoje, esta é uma prerrogativa do Executivo. Se a PEC 215 for aprovada, o Congresso passará a definir quando e onde criar áreas protegidas.

De volta ao começo

A PEC 215 será desarquivada, não importa quem estiver sentado na cadeira da presidência da Câmara dos Deputados. Pelas regras da casa, basta a apresentação de um requerimento encaminhado ao presidente para que ela volte a tramitar. A regra é o requerimento conter a assinatura do autor da PEC ou de um dos deputados que assinaram o documento de criação da proposta.

A disputa é importante para a bancada ruralista, pois é o presidente da Câmara que coloca os projetos de lei em votação. Quando isso acontece, os ruralistas sabem que ganham, pois são a maior bancada suprapartidária do país. Foi assim com a tramitação do Código Florestal.

"Não é de hoje que enfrentamos os desafios com destemor. Foi assim na aprovação do Código Florestal, na revisão dos índices de produtividade, no emplacamento de máquinas agrícolas etc. E será assim na demarcação de terras indígenas, no projeto de acesso aos recursos genéticos, trabalho escravo, na legislação sobre agroquímicos, na lei trabalhista específica para o trabalhador rural, entre outros temas", diz a nota da Frente Parlamentar da Agropecuária em apoio à candidatura de Eduardo Cunha.

Uma ilha, um casarão, muitos fantasmas

SÍTIO A TARDE, 21.01.2015

Tatiana Mendonça



Casarão histórico na Ilha de Cajaíba deve virar museu temático

O portão secular abre-se para o mar, que é também rio, naquela mistura particular da Baía de Todos-os-Santos. Os degraus somem e reaparecem ao gosto das marés. Ao fundo, majestoso, o casarão do antigo Engenho Cajaíba impõe-se com a aura de quem sobreviveu ao tempo. Em breve, pode mudar de feição. A prefeitura de São Francisco do Conde, onde o casarão e a ilha que o abriga estão situados, pretende transformar o lugar num museu temático. José Carlos Reis, secretário de turismo do município, conta que para formatar o projeto inspirou-se em experiências bem sucedidas, como o Museu do Futebol e o Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, e o Museu da Gente Sergipana, em Aracaju. "Nossa ideia é que seja um museu dinâmico, com muita tecnologia". Ainda não há prazos definidos. "Na gestão pública, prazo é mais a longo prazo...".

Outra iniciativa da prefeitura na ilha de Cajaíba, uma das maiores da Baía, é dotar de infraestrutura uma pequena praia localizada ao sul do lugar. Em setembro de 2013, a ex-prefeita Rilza Valentim - que faleceu em julho do ano passado, vítima de embolia pulmonar -

CONT.



anunciou, com um quê do mítico personagem Odorico Paraguaçu, que São Francisco do Conde finalmente "ganhará" a primeira praia da cidade. A ideia foi levada à frente com alguns melhoramentos: um parque ecológico integrado para trilhas e a demarcação de uma área marítima para esportes náuticos. "O município precisa ter uma alternativa econômica para não ficar tão dependente do petróleo", explica o secretário, referindo-se aos royalties que fazem de São Francisco do Conde campeã baiana em renda per capita, que gira em torno de pouco mais de R\$ 106 mil.

Os projetos do poder público para a ilha surgiram depois de um naufrágio. O estoniano Margus Reinsalu, dono de grande parte do local, tinha um projeto megalomaniaco de construir ali um complexo com mais de mil unidades hoteleiras, setecentas unidades residenciais, dois campos de golfe e marina para cerca de 100 barcos, ao custo de R\$ 2 bilhões em investimentos. Para gerenciar a obra, foi criada uma empresa, a Property Logic, que reunia investidores estrangeiros e ainda é representada, no Brasil, pelo engenheiro civil André Berenguer.

A prefeitura de São Francisco do Conde foi defensora de primeira hora do Ilha de Cajaíba Eco Resort, valendo-se do corriqueiro argumento da criação de empregos - a previsão era de que cinco mil vagas diretas fossem criadas. O primeiro lote seria inaugurado em dezembro de 2012. Um mês antes da data prevista, o que anunciou-se de fato foi o abandono do projeto. A crise na Europa, que teria afugentado investidores, ficou sendo a explicação oficial da desistência.

Há de ter pesado, também, o pedido do Ministério Público federal e estadual para que a licença ambiental concedida pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA) fosse suspensa, aliado à pressão dos movimentos sociais locais. Em cartas abertas, eles afirmaram que a ilha pertence ao território das comunidades remanescentes de quilombos e às comunidades pesqueiras tradicionais, que usam o local para pescar, secar camarão, catar mariscos e frutas. A estimativa é que 10 mil pessoas tirem o sustento da ilha. Um laudo antropológico elaborado pelo INCRA confirmou que a área integra o território quilombola de São Braz e Acupe.

Em nota enviada à Muito, o órgão afirmou que está finalizando o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade de São Braz. Esta é a segunda etapa das sete necessárias no longo processo de regularização fundiária.

RAZÃO E SENSIBILIDADE

Volta e meia, Margus visita à ilha a passeio. Anda de cavalo, toma banho na praia, vistoria a propriedade para engordar outro tipo de gado. Vendeu uma área no sudoeste de Cajaíba para as empresas baianas Mazza e Construterra, que pretendem construir ali um condomínio com infraestrutura náutica para que os proprietários possam chegar em casa de barco. Uma pesquisa de mercado já foi feita para avaliar a viabilidade do empreendimento.

André acredita que o projeto deva ser desenvolvido nos próximos dois anos. Ele gosta de repetir que o novo foco de desenvolvimento da ilha é "sustentabilidade e integração com a comunidade". Trabalha para que Cajaíba se torne um lugar para onde São Francisco do Conde possa crescer. "A Property é hoje muito mais uma vendedora de áreas para desenvolvedores do que uma desenvolvedora, em si".

CONT.



Talvez seja um pouco mais que isso, já que André tem uma relação próxima com a prefeitura, atuando nos bastidores para "criar um destino", "valorizar o ativo". O primeiro passo foi desapropriar o casarão e uma área de acesso por R\$ 1,7 milhão, há pouco mais de um ano. As negociações já estão avançadas para que Margus "ceda" a área que será destinada ao parque ecológico. Eventuais contrapartidas ainda não estão definidas.

A prefeitura está bastante sensível, digamos assim, aos apelos da iniciativa privada. "Ele (Margus) investiu muito na ilha e até hoje não teve retorno. A prefeitura seria um desses parceiros junto a esse empreendedor para estar desenvolvendo a ilha", diz José Carlos. Ele irá propor mudanças no PDDU do município, especificamente na zona da ilha de Cajaíba. "Hoje não se pode ter quase nenhuma construção ali. É uma incoerência. A gente vai adequar isso". Incoerência ou conquista, é uma questão de ponto de vista. O secretário sabe que, nesse processo, enfrentará resistências de associações comunitárias locais. "Audiência pública é o complicante".

DESCASO

Do cais de São Francisco do Conde, a ilha de Cajaíba avista-se tão próxima que quase parece possível chegar à pé. Depois de tomar um barquinho, que leva pouco mais de cinco minutos, a reação automática é erguer a cabeça para ver o topo das majestosas palmeiras imperiais que enfileiram-se à frente da casa. Nasceram muito antes de nós todos que estamos aqui, com sorte, nos sobreviverão.

A construção histórica foi tombada pelo IPAC em 2004. A fachada, com dez janelas e escadaria dupla, mantém-se bem preservada. Já andar por lá é como estar num filme meio de época, meio de terror. Parte do assoalho do piso e do teto cederam. Nos poucos móveis que permanecem no casarão, o estado de conservação é igualmente ruim, fazendo par no quadro geral de desolação com a sujeira produzida pelos muitos cachorros e gatos que vivem ali. Do casarão dá para chegar à Praia do Sodré por uma trilha de cerca de 3,5 Km. O parque ecológico situaria-se nos arredores. Alguns moradores da região já a aproveitam, antes mesmo da "inauguração". Apesar da faixa de areia estreita, o lugar guarda uma beleza bucólica. Para preservar a impressão, a dica é olhar sempre em direção ao mar, já que nas proximidades da mata acumula-se todo tipo de lixo.

Na região, corre a lenda de que a ilha é assombrada pelos espíritos dos escravos torturados impiedosamente por Fernão Rodrigues Castelo Branco, o primeiro e único Barão de Cajaíba, que dali comandou as tropas legalistas no processo de independência da Bahia e enfrentou a revolta da Sabinada.

Os moradores gostam de repetir histórias para provar sua crueldade, como a vez em que teria entregue numa bandeja os seios de uma escrava elogiados algumas horas antes por um visitante. O historiador Rodrigo Lopes acredita que uma parte disso é falação, a outra, não. "Há um documento, uma carta da Condessa de Barral, grande senhora da elite baiana, à Dom

CONT.



Pedro II, na qual ela diz que o Barão de Cajaíba era um homem de fino trato, mas conhecido também pela truculência com que tratava os escravos". Ele duvida, porém, que o Barão tivesse o costume de matá-los afogados, como também se diz, já que eram bens caros.

Bruno Alves, 30, um dos vigilantes do casarão, construído em meados de 1815, jura que já viu fantasma. Numa noite de lua cheia, avistou um homem se balançando em uma cadeira por detrás da janela. Sentiu um arrepio pelo corpo que eriçou a nuca. Com a manga da camisa, esfregou os olhos. Quando os abriu de volta, o homem não estava mais lá. "O que eu fiz foi rezar. O morto só precisa disso, de reza". Se entre os fantasmas vagar pela ilha o espírito do Barão de Cajaíba, certeza que está devastado pelo estado da sua antiga casa. Quase dá para ouvi-lo berrando enfurecido. Nada como o tempo. Não faz mais medo.



Boletim de Notícias - Edição nº 12/ 2015

Brasília, 22 de janeiro de 2015.

Marinha apoia Projeto Rondon no Arquipélago do Marajó (PA)

SÍTIO PORTAL BRASIL, 21.01.2015

Com colaboração, estudantes de medicina, farmácia, odontologia e fisioterapia levam assistência ao Arquipélago



Estudantes levam assistência ao Arquipélago do Marajó (PA)
Divulgação/Marinha

por Portal Brasil

Com o objetivo de levar atendimento de saúde às comunidades ribeirinhas isoladas do Arquipélago do Marajó, próximo a Belém (PA), 19 universitários da área de saúde e três professores embarcaram no Navio-Auxiliar "Pará", da Marinha do Brasil.

Eles participam do Projeto Rondon que vai até o próximo dia 28 de janeiro.

Com a missão de prestar assistência médica e odontológica a cerca de 500 pessoas por dia, a iniciativa conta com alunos oriundos de sete estados das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste - todos concluintes dos cursos de medicina, farmácia, odontologia e fisioterapia.

O projeto Rondon, de iniciativa do governo federal, teve início no dia 18 de janeiro e vai possibilitar que os estudantes vivenciem realidades distantes, com uma formação voltada para a cidadania e responsabilidade social.

O projeto conta, também, com a atuação de 23 profissionais da área de saúde do Hospital Naval de Belém.

Além destas Ações Cívico-Sociais (ACiSo), a Marinha do Brasil intensificará as atividades de Inspeção Naval e realizará ações de combate ao escarpelamento -arrancamento brusco e acidental do couro cabeludo, de diversas formas, inclusive por eixos e partes móveis dos motores das embarcações.

Para prevenir este tipo de acidente, que vitimiza centenas de pessoas por ano na Amazônia, a Marinha realiza instalações gratuitas de coberturas de eixos nas embarcações cujas partes móveis dos motores estejam descobertas.

Fonte: Ministério da Defesa.



MPT-PR contabiliza 315 denúncias sobre trabalho escravo

SÍTIO BEM PARANÁ, 21.01.2015

O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) recebeu 315 denúncias de trabalho análogo ao de escravo, tráfico de trabalhadores e trabalho indígena desde 2010. No mesmo período, 168 Termos de Ajustamento de Conduta foram firmados e 25 ações foram ajuizadas na Justiça do Trabalho. Cerca de 1/3 das denúncias se referem à região atendida pela sede, em Curitiba. Os casos no Paraná concentram-se na construção civil, madeiras, reflorestamento, e há tanta incidência no meio urbano como no rural. Mais de 90% dos casos concretos investigados pelo MPT-PR como trabalho análogo ao de escravo referem-se a jornada exaustiva e a condições de trabalho degradantes", afirma o procurador-chefe do MPT-PR, Gláucio Araújo de Oliveira.

"O dia 28 de janeiro, Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, é uma lembrança ao desafio que representa sua erradicação", comenta o procurador-chefe do MPT-PR, Gláucio Araújo de Oliveira. "Atualmente o Brasil tem demonstrado uma eficaz atuação na repressão do trabalho escravo, mas a atuação do Estado não deve se limitar à coerção. O desafio maior está na reinserção desses trabalhadores resgatados, qualificando-os para o mercado de trabalho, e, preventivamente, na elaboração de políticas públicas que impeçam que o cidadão esteja em situação de vulnerabilidade social e econômica", opina Oliveira.

Quilombolas de Oriximiná têm direito ao uso sustentável da castanha-do-Pará
SÍTIO FUNDAÇÃO PALMARES, 22.01.2015



A exploração dos castanhais da Reserva Biológica do Rio Trombetas, no município de Oriximiná, no estado do Pará, poderá ser continuada pelos quilombolas da região, certificados pela Fundação Cultural Palmares (FCP). A determinação é do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em atendimento a uma recomendação feita pelo Ministério Público Federal (MPF) em dezembro de 2014, e terá validade até que seja apresentada uma solução definitiva sobre o território em questão.

O município tem 31 quilombos que foram reconhecidos pela FCP entre os anos de 2007 e 2013, e que, têm a castanha-do-Pará como principal fonte de renda. Porém, na área onde estão situadas as comunidades existem uma floresta nacional (Flona Saracá-Taquera) e uma reserva biológica (Rebio do Rio Trombetas) instituídas mais de cem anos depois da ocupação territorial pelos quilombolas.

De acordo com Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afrp-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, a instituição entende a determinação do ICMBio como razoável e ressalta a necessidade de um acordo equilibrado que atenda aos direitos fundamentais quilombolas e de proteção ambiental.

Reis recorda que as comunidades tradicionais são consideradas as maiores cuidadoras desses

CONT.



recursos, pois não tiram da natureza, nada além do necessário. “Este não é um caso de desmatamento, nem de risco à extinção de espécies. O que falta é o fechamento de um acordo conciliado que garanta a permanência definitiva dessas comunidades com regras e obrigações de preservação, bem como o direito ao uso sustentável dos recursos naturais”, explica o diretor.

As áreas são reivindicadas pelas comunidades quilombolas e o MPF já se manifestou por meio de ações judiciais, solicitando o reconhecimento da propriedade das comunidades tradicionais, mas o processo de titulação das terras como quilombolas está estagnado há anos na Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União (AGU).

[Íntegra da recomendação.](#)



Instituto Mamirauá oferece oportunidades de emprego

SÍTIO PORTAL BRASIL, 22.01.2015

Unidade de pesquisa busca seis profissionais para assessoria ao manejo de recursos naturais, pesquisa de manejo de pesca e conservação de felinos e botos

por Portal Brasil

O Instituto Mamirauá, organização social e unidade de pesquisa fomentada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), está selecionando seis profissionais para atuarem com assessoria ao manejo de recursos naturais, pesquisa de manejo de pesca e conservação de felinos e botos.

O trabalho requer disponibilidade para permanecer até 20 dias em campo. Aptidão física também é necessária para caminhar em trilhas diariamente. A recompensa? Ter uma experiência como pesquisador na maior floresta tropical do mundo.

Há um edital aberto para áreas não finalísticas, de profissional para atuar com tecnologia da informação. Entre as atribuições do cargo está o suporte técnico aos usuários da instituição no uso de softwares e sistemas de rede. Acesse o edital.

Outra vaga é do biólogo amazonense Luzivaldo Castro, que deixa a instituição nas próximas semanas para começar mestrado em ciência animal na Universidade Federal do Acre (UFAC), em Rio Branco. Mais sete bolsistas vão seguir o mesmo caminho, o de dar continuidade aos estudos. Castro começou a atuar no Instituto Mamirauá como bolsista de iniciação científica, depois estagiário e agora bolsista.

"A experiência foi de grande crescimento, tanto profissional como pessoal", comenta. "Os trabalhos em campo e no laboratório me ajudaram na faculdade e nas atividades aqui no instituto. Ao novo contratado, eu desejo sorte, dedicação, paciência e principalmente mente aberta, porque a oportunidade de aprendizado está lançada."

O Instituto Mamirauá também procura um substituto para o biólogo mineiro Guilherme Alvarenga, que atua há quase dois anos no projeto de conservação das onças-pintadas e vai sair para iniciar mestrado em ecologia. Ele destaca a oportunidade que teve de se juntar a uma equipe já estabelecida, com diversas linhas de pesquisa. "Isso me possibilitou aprender bastante sobre vários aspectos do tema, tanto com as populações ribeirinhas atuando na conservação das onças, quanto na ecologia das mesmas", diz.



Assentados fornecem alimentos para grupo hospitalar de Porto Alegre

SÍTIO PORTAL BRASIL, 22.01.2015

Produtos são utilizados para preparo de 20 mil refeições diárias para funcionários e pacientes de quatro unidades hospitalares

por Portal Brasil

Todas as segundas, quartas e sextas-feiras, a rotina na Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária (Coperav), é a mesma: por volta de cinco horas da manhã, um caminhão de uma cooperativa parceira sai carregado com alface, couve verde e mandioca/aipim destinados a quatro hospitais de Porto Alegre.

Os produtos, orgânicos e higienizados, são utilizados para o preparo de mais de 20 mil refeições diárias para funcionários e pacientes de quatro unidades do Grupo Hospitalar Conceição (GHC): o Hospital Conceição, o Hospital da Criança Conceição, o Hospital Cristo Redentor e o Hospital Fêmina.

As entregas iniciaram esta semana, em razão de contratação por meio de chamada pública realizada pelo GHC na modalidade Compras Institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Instituída em 2012 (decreto 7.775, alterado pelo 8.026/2013), esta linha de ação do PAA prevê compra voltada para o atendimento de demandas de consumo de alimentos por parte da União, estados e Distrito Federal.

Os produtos serão entregues por um ano e a Coperav receberá R\$ 212 mil pelo fornecimento. O agricultor Huli Zang ressalta a importância do contrato.

“Em primeiro lugar, é uma conquista política, de um espaço que antes era só dos grandes fornecedores. É também uma conquista de mercado. Possibilita que a gente complete o ciclo de produção, beneficiamento e comercialização. Por fim, tem a vantagem do período - são 12 meses de fornecimento”, disse.

Entre a produção nas hortas e o beneficiamento, o PAA/GHC mobiliza cerca de 30 famílias das 130 associadas à Coperav.

Conforme o agricultor José Luís Rodrigues, os produtos saem das hortas na véspera da entrega, são higienizados e preparados na Unidade de Beneficiamento de Vegetais do assentamento. “Saem prontos para o consumo”, explica.

CONT.



A Unidade entrou em operação no ano passado e contou com recursos do programa de agro-industrialização do Incra, o Terra Sol, entre outras fontes.

O transporte é feito de maneira colaborativa, com veículo da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (Comafitt), que também entrega produtos para o GHC. Desta forma, a logística é otimizada.

Pioneirismo

A experiência do GHC com a modalidade Compras Institucionais do PAA é pioneira no país e tem servido de modelo para outros órgãos governamentais.

Em 2012, o Grupo já estudava alternativas para aquisição de alimentos da agricultura familiar e chegou a manter um contrato de 6 meses para fornecimento de arroz, feijão e leite por meio de dispensa de licitação, em 2013.

“Em maio de 2014, institucionalizamos a modalidade”, conta o coordenador da Compras Institucionais/PAA no GHC, Richard Silva Gomes. Atualmente, o GHC aplica R\$ 4 milhões na aquisição de alimentos via compras institucionais/PAA, realizando chamadas públicas para contratar os fornecedores. Além da economia, a medida tem outras vantagens.

“Para nós, não estamos comprando apenas pelo valor, de 15 a 20% menor. O gasto público deve servir para fortalecer o desenvolvimento local, fortalecer as famílias de agricultores. Além disso, como órgão de saúde, a questão da qualidade do produto é fundamental. Valorizamos a produção orgânica”, explica Gomes.

Outro ganho do processo é o diálogo permanente com cooperativas e produtores, possibilitando colaborações e o trabalho em rede. O GHC mantém contato com produtores familiares, assentados e quilombolas.

O grupo já prepara nova chamada pública para este semestre, desta vez para aquisição de produtos in natura.

Fonte: Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária.



Município de Roraima adota as línguas Macuxi e Wapichana

SÍTIO PORTAL EBC, 22.01.2015

Michelle Moreira

A partir deste ano, a população do município de Bonfim, em Roraima, passa a contar com outras duas línguas além do português. Isso porque foi aprovada no final de 2014 uma lei que torna a Macuxi e Wapichana línguas cooficiais no município.

A proposta vinha sendo discutida desde 2012 com lideranças das comunidades e professores de línguas indígenas que atuam na região. O diálogo com a Câmara de Vereadores se deu por meio do Instituto Insikiran, vinculado a Universidade Federal de Roraima.

O indígena Júlio Macuxi ressalta a importância deste reconhecimento no município.

Professora do instituto, Ananda Machado afirma que a busca pelo reconhecimento das línguas indígenas acontece quando a comunidade passa por algum tipo de problema.

Pela lei, a Prefeitura, em parceria com as organizações indígenas e Instituições Federais de Ensino Superior, tem até 5 anos para contratar tradutores e intérpretes indígenas.

Além disso deve traduzir placas de sinalização, oferecer atendimento à população nessas duas línguas, traduzir as Leis municipais e financiar publicação de livros nas línguas Macuxi e Wapichana que serão usados nas escolas públicas do município.

Ananda Machado chama a atenção para a importância de ações como essa.

Bonfim, com 11 mil habitantes e 40% da população indígena, é o terceiro município brasileiro a tornar línguas indígenas cooficiais. Também na Amazônia, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, foram oficializadas as línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa.

No Mato Grosso do Sul, na cidade de Tacuru, o Guarani foi reconhecido como a segunda língua oficial.

Informações do Museu do Índio no Rio de Janeiro apontam que o Brasil corre o risco de perder, no prazo de 15 anos, um terço de suas línguas indígenas. Atualmente, os índios brasileiros falam entre 150 e 200 línguas. Devem ser extintas, até 2030, de 45 a 60 idiomas.

A reportagem tentou entrevistar algum representante da prefeitura ou da Câmara de vereadores de Bonfim, para explicar como será feita a implantação das medidas impostas pela Lei. Mas em nenhum dos locais os telefonemas foram atendidos.



Alcoolismo: Principal causa de violência nas aldeias do povo Apinajé

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.01.2015

Associação União das Aldeias Apinaje-PEMPXÀ

Na noite de terça-feira, 20/01/2015, aconteceu mais um episódio de violência em uma aldeia Apinajé, desta vez com vítima fatal. A indígena Brandina P. Carvalho Apinagé, de 39 anos que morava na aldeia Cipozal, foi assassinada a golpes de facão por pessoas alcoolizadas, e sua filha de 7 meses teve dois dedos da mão decepados. A criança foi encaminhada para um hospital da região, e um dos dos suspeitos, José Patrício Dias de 49 anos, (marido da vítima) está preso preventivamente na Cadeia Pública de Tocantinópolis/TO, sendo acusado de cometer o homicídio e a disposição da Justiça.

No intuito de evitar tragédias como essa, ultimamente temos aconselhado e alertado nossos jovens e adultos sobre os riscos do uso descontrolado de bebidas alcoólicas. Nesse sentido nossos questionamentos e ponderações contra a venda de bebidas alcoólicas aos indígenas vem carregado de bom senso e pedido de socorro, pois o uso das bebidas estão sempre vinculados às tragédias, violências, sofrimento, dor, dependência, doenças e perda da identidade; nesses casos nossas mulheres e crianças indígenas sempre são as maiores vítimas.

Nos últimos anos, temos assistido grandes quantidades de bebidas alcoólicas sendo compradas e transportadas para as aldeias por índios e não índios para serem vendidas e/ou trocadas em mercadorias. Para população das cidades do entorno essa situação é "natural" e normal; as autoridades de Tocantinópolis e Maurilândia, não fazem nada para impedir e os comerciantes usam e abusam do "direito" de vender álcool para nossos jovens se envenenarem e em poucos anos se tornarem cachaceiros dependentes, e em seguida doentes crônicos.

Observamos que desde muitos anos, que é prática recorrente dos não índios usarem a bebida como "arma" para fins desonestos e criminosos contra nosso povo. Historicamente a disseminação dessa maléfica droga em nossas aldeias sempre teve a finalidade de desmoralizar, humilhar, ridicularizar, explorar e destruir nossas organizações e comunidades. Evidentemente não concordamos com essa situação deprimente.

Atualmente as famílias Apinajé estão sendo violentamente destroçadas pelo álcool, e não temos nenhuma iniciativa do poder público para ao menos tentar debater o alcoolismo em nossas aldeias. Esse caso da aldeia Cipozal só foi divulgado pela mídia por que houve um homicídio, entretanto todos os dias tomamos conhecimento de algum tipo de violência em alguma aldeia envolvendo gente alcoolizada, especialmente nos dias de recebimento de salários, infelizmente nunca vimos nenhum vendedor de cachaça desses ser ao menos advertido por autoridade alguma.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12/ 2015

Brasília, 22 de janeiro de 2015.

Cobramos do delegado de Tocantinópolis/TO, Dr. Thiago Daniel de Moraes, que esse fato seja rigorosamente investigado e todos culpados levados à responder na Justiça; inclusive os não índios vendedores (comerciantes locais) e compradores (traficantes) de bebidas alcoólicas, todos devem ser investigados, julgados e punidos.

Terra Apinajé, 22 de Janeiro de 2015.

Associação União das Aldeias Apinaje-PEMPXÀ.



Audiência Pública debate a regularização urbana do Município de Pacaraima

SÍTIO BV NEWS, 22.01.2015

O evento, previsto para as 9h do dia 5 do próximo mês, acontece no auditório da Câmara Municipal da cidade

Por – Redação.

Na primeira semana de fevereiro, o Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR) e a Justiça Federal participam de uma audiência pública para debater a situação dos habitantes do município de Pacaraima que possuem residência dentro da Terra Indígena São Marcos, o que é atualmente discutido em 51 ações judiciais que tramitam na Justiça.

O evento, previsto para as 9h do dia 5 do próximo mês, acontece no auditório da Câmara Municipal da cidade. A audiência pública é uma realização da Justiça Federal em Roraima, com o apoio do MPF/RR, da Advocacia Geral da União (AGU) e da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A iniciativa é aberta à toda população, que está convidada a comparecer e expor detalhes da realidade atual dos moradores do município, tendo prioridade na inscrição para a fala as partes dos processos judiciais, associações e representantes das comunidades indígenas.

O objetivo é levantar dados sobre as pessoas que residem em área indígena, quem já foi intimado nas ações, quais reflexos têm causado na comunidade local e possíveis soluções para a situação atual.

ACO 499

Atualmente, a sede da cidade de Pacaraima, município localizado ao norte do Estado, na fronteira com a Venezuela, ocupa parte da Terra Indígena de São Marcos. A ação (ACO 499), protocolada pela Funai e que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF), questiona a legalidade dessa ocupação.

Além da ação originária, há diversas ações possessórias que tramitam perante a Seção Judiciária de Roraima em face dos moradores da região.

A realização da audiência pública é resultado de diversas reuniões entre a Justiça Federal, MPF, Funai e AGU, que têm buscado uma solução para reduzir os danos que a exclusão do município pode causar à população local, bem como o impacto para as comunidades indígenas da localidade.



Sudoeste tem 18 cidades entre as 100 com mais vulnerabilidade social no campo

SÍTIO DIÁRIO DO SUDOESTE, 22.01.2015

O caso mais preocupante é o de Palmas, que ficou em segundo lugar no Estado entre as cidades com maior índice de vulnerabilidade. Municípios como Chopinzinho e Mangueirinha, que igualmente possuem terras indígenas, também figuram entre os primeiros da lista

Diário do Sudoeste
Harald Essert

O Conselho Estadual de Assistência Social, órgão ligado à Secretaria Estadual da Família e Desenvolvimento Social, publicou na última segunda-feira (19) um levantamento feito com 327 cidades do Paraná, categorizando-as conforme sua vulnerabilidade social. Dos 42 municípios do Sudoeste, 37 integram a lista, e 18 deles estão entre os 100 considerados mais vulneráveis do Estado.

O caso mais preocupante é o de Palmas, que não só apresentou um escore de vulnerabilidade bem mais elevado do que os demais municípios da região, como é a segunda cidade do Estado nesse quesito, atrás apenas de Nova Laranjeiras.

O levantamento foi baseado em um índice calculado a partir de dados sociais oficiais, como o grau de ruralização das famílias do CadÚnico – o cadastro do Bolsa Família –, a população indígena e a população quilombola, entre outros. Esse índice, ou escore, será usado para nortear políticas públicas para atendimento das famílias na área rural.

Do Sudoeste, não entraram na lista os municípios de Francisco Beltrão, Pato Branco, Renascença, São Jorge D'Oeste e Verê.

Vulnerabilidade

Além de Palmas, estão no topo da lista as cidades de Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Domingos Soares – todos municípios que possuem terras indígenas. Na opinião da diretora do Departamento de Ação Social de Palmas, Antonia Terezinha Andrade Faber, isso indica que um dos critérios mais influentes do levantamento é a situação vulnerável de indígenas.

“Nós temos um grave problema de alcoolismo entre os indígenas, e encontramos uma grande dificuldade de chegar até eles para ajudar. Eles não aceitam muito o que nós propomos, são desconfiados”, afirmou.

De acordo com ela, o município também possui quilombolas, que atualmente estão em meio a

CONT.



uma disputa litigiosa por terras em Palmas. No entanto, segundo Terezinha, esse grupo não se encontra no meio rural, mas em um bairro.

Outro problema que aflige o interior de Palmas é o trabalho infantil. Terezinha disse que, embora a cidade esteja isenta desse mal, o meio rural ainda apresenta casos de exploração de mão de obra infantil. "Estamos indo com distribuição de panfletos na área rural. Vai a nossa equipe falar do trabalho infantil, mostrar o que pode e o que não, e aí já aproveita para fazer um diagnóstico geral da situação do interior do município", explicou.

Estado

O Diário entrou em contato com a Secretaria Estadual da Família e Desenvolvimento Social para entender os propósitos do levantamento e de que forma o Estado pretende usar esses dados para melhorar o atendimento às famílias em situação de risco social no meio rural. O jornal também perguntou o que significa cada índice e como é possível que a alguns municípios tenham sido atribuídos escores de zero ou mesmo negativos. No entanto, até o fechamento desta edição, não houve resposta.

Colocação dos municípios do Sudoeste

Colocação	Município	Escore
2º	Palmas	4,4
13º	Mangueirinha	1,48
14º	Chopinzinho	1,35
16º	Coronel Domingos Soares	1,31
40º	Bom Jesus do Sul	0,67
43º	Honório Serpa	0,6
44º	Manfrinópolis	0,59
56º	Enéas Marques	0,49
64º	Bela Vista da Caroba	0,4
65º	Boa Esperança do Iguaçu	0,4
67º	Flor da Serra do Sul	0,39
71º	Nova Esperança do Sudoeste	0,35
72º	Pinhal de São Bento	0,35
76º	Planalto	0,28
81º	Pérola d'Oeste	0,21
84º	Coronel Vivida	0,18
87º	Sulina	0,17
91º	Salgado Filho	0,15
100º	Capanema	0,12
108º	Salto do Lontra	0,08
110º	São João	0,08
117º	Saudade do Iguaçu	0,04
123º	Nova Prata do Iguaçu	0,01
127º	Marmeleiro	0
130º	Santa Izabel do Oeste	-0,02
137º	Bom Sucesso do Sul	-0,05

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12/ 2015

Brasília, 22 de janeiro de 2015.

143º	Realeza	-0,1
154º	Pranchita	-0,14
159º	Dois Vizinhos	-0,15
170º	Santo Antônio do Sudoeste	-0,18
176º	Cruzeiro do Sul	-0,2
184º	Itapejara d'Oeste	-0,21
189º	Barracão	-0,22
194º	Clevelândia	-0,24
213º	Vitorino	-0,3
216º	Ampére	-0,31
302º	Mariópolis	-0,53

Cooperativas do Juruá apresentam resultados para equipe de governo

SÍTIO EASYCOOP, 22.01.2015



Representantes da Cooperativa Nova Cintra, Cooperpeixes e dos povos indígenas da etnia Poyanawa, reuniram-se na tarde desta terça-feira, 20, em Cruzeiro do Sul, com o secretário de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Edegard De Deus, o diretor-presidente do Instituto de Meio Ambiente do Acre (IMAC), Pedro Longo e a diretora-presidente do Instituto de Mudanças Climáticas (IMC), Magaly Medeiros para apresentar os resultados alcançados com a realização de projetos ligados ao meio ambiente que recebem apoio do governo do estado.

Os trabalhos realizados pela Cooperativa Nova Cintra, que além de Cruzeiro do Sul tem cooperados de Rodrigues Alves e Porto Walter, alcançam 162 famílias, em 27 comunidades. Os cooperados trabalham com a extração de óleo do "murmuru". Com o apoio do governo e os recursos provenientes da Lei do Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais (SISA), do banco KFW, os cooperados atingem uma renda de até 96 mil reais por ano.

"Nós não nos cansamos de agradecer ao governo do estado por esse apoio e por sempre nos incentivar a trabalhar e, ao mesmo tempo, cuidar da natureza. Sem ele seria impossível que nós fizéssemos alguma coisa", contou o presidente da Nova Cintra, Rivaldo Pereira da Costa.

A comunidade indígena Poyanawa também comemora o apoio do governo e a doação dos recursos do KFW. Eles acabam de concluir a construção de uma Arena, que será utilizada para encontros interculturais e também na Olimpíada realizada pela comunidade.

Para o representante do povo Poyanawa do Juruá, José Luiz Poyanawa, a ajuda do governo foi imprescindível para realização desse projeto. "A construção da arena é a realização de um sonho do nosso povo. Lá nós vamos poder ter contato com a nossa cultura, nossa espiritualidade, e vamos poder receber as pessoas que desejam conhecer mais a nossa história", disse.

O IMC é responsável pelo acompanhamento aos projetos que recebem os recursos do SISA. A diretora presidente do órgão, Magaly Medeiros, explica que o mais importante é conscientizar essas comunidades de que é possível aliar o trabalho a redução de desmatamento.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12/ 2015

Brasília, 22 de janeiro de 2015.

“Nosso objetivo maior é fazer com essas comunidades consigam conciliar o trabalho que gera renda, com a diminuição da pressão na floresta, mantendo ela de pé”, explicou Magaly Medeiros.

Agência de Notícias Acre / Foto: Paula Amanda.



Alunos dos quilombos da região estão sem atendimento adequado

SÍTIO CRUZEIRO DO SUL, 22.01.2015

Crianças e adolescentes do Cafundó têm que percorrer 6 quilômetros para estudar

Daniela Jacinto
daniela.jacinto@jcrucruzeiro.com.br

Eles têm direito e reivindicam uma escola perto de casa. Ao todo, 38 crianças e 12 adolescentes da comunidade de quilombo Cafundó, em Salto de Pirapora, precisam se deslocar seis quilômetros de onde moram para poder estudar, no bairro da Barra e no Centro. Mesmo tendo ônibus escolar, eles consideram o lugar onde estudam muito longe. É um desejo antigo da comunidade ter uma escola no local para atender não apenas esse público, como também os adultos, muitos deles analfabetos. Com a criação do 1º Conselho de Educação Quilombola do Brasil, em novembro de 2013 no Estado de São Paulo, veio a esperança de ter essa necessidade atendida, mas até agora, mais de um ano depois, as propostas para o ensino não chegaram às comunidades da região - nem no Cafundó e, conforme informações, nem no Quilombo do Carmo, em São Roque.

Em entrevista divulgada pelo jornal Cruzeiro do Sul em janeiro do ano passado, o presidente do Conselho, Sérgio Roberto Cardoso, disse que o órgão iria ouvir a demanda e se a população quilombola quisesse escola, a meta seria atendê-la. Sérgio ainda explicou que enquanto os alunos precisassem se deslocar para estudarem, a instituição onde estiverem frequentando seria automaticamente considerada "com demanda quilombola" e precisaria, conforme diretrizes estabelecidas, manter um padrão de ensino onde a cultura e tradição desse povo seja respeitada e também divulgada aos demais alunos. Por isso, uma outra meta do Conselho seria trabalhar com a capacitação de profissionais, para que estejam aptos a respeitar questões da tradição, da alimentação desses alunos, das línguas e da memória coletiva transmitida pelos mais velhos. Para Sérgio, o ideal seria que o conteúdo didático nesses locais fosse acrescido da história dos povos africanos que formaram aquela região da comunidade.

Ainda na ocasião da entrevista, Sérgio disse que o objetivo do Conselho Quilombola seria desenvolver uma política pública educacional assentada nos anseios das comunidades. "Por isso vamos ouvir o que elas têm a nos dizer, também por isso é que diversos membros são representantes de comunidades quilombolas, porque esse conselho surge primordialmente para dar voz a essas pessoas", ressaltou à época o presidente. A proposta era trabalhar para que as escolas fossem de fato quilombolas. "Para isso é preciso ter, além de aluno quilombola, professores e gestores quilombolas. É, portanto, necessário investir em uma pedagogia quilombola e a Secretaria [da Educação do Estado] pensa em como estruturar uma formação inicial para os professores dessas comunidades", complementou, esclarecendo que não se pode perder o foco sobre o tema, que é a "educação escolar": "porque estamos falando de escola que ensina conteúdos formais dentro de um quilombo".

CONT.

Sem atendimento

"Onde a gente vai bater para concluir isso?", questiona Marcos Norberto de Almeida, coordenador da Associação dos Remanescentes de Quilombo Kabundu do Cafundó. Conforme Marcos, além de não ter escola perto, a instituição de ensino que as crianças e jovens frequentam não tem profissional preparado para a educação quilombola.



As diretrizes da educação de quilombolas prevêm um padrão de ensino onde a cultura e tradição da comunidade sejam respeitadas
PEDRO NEGRÃO

Entre os 34 conselheiros, 11 são representantes de comunidades quilombolas, como Regina Aparecida Pereira, do Cafundó (Salto de Pirapora) e Valdir José Leite, do quilombo do Carmo, em São Roque. Mesmo estando entre os conselheiros, Regina demonstra que as reivindicações de sua comunidade continuam não sendo ouvidas. "Quando conseguimos recuperar parte do nosso território, a primeira coisa que pleiteamos foi a escola e eles disseram que seria um número pequeno para reivindicar".

Ainda conforme a representante, se tivesse uma escola na comunidade, os adultos também poderiam estudar. "Eles querem uma Educação para Jovens e Adultos (EJA). Temos muitos adultos que gostariam de estudar, mas são pessoas mais velhas, que trabalham o dia todo na roça, para eles é mais complicado ir para o centro da cidade", disse. Para Regina, se a secretaria tiver boa vontade, demanda tem e não seria só para atender a comunidade. "O bairro dos Alves é próximo, tem crianças e adolescentes lá, e também é um local que não tem escola, mas sempre cai naquela questão, dizem que a gente não tem demanda, no entanto esse bairro também seria atendido".

Regina lamenta que no ano passado nenhuma referência ao quilombo Cafundó foi feita nas escolas, nem no mês da Consciência Negra. "Aliás, eles não cumprem nem mesmo a lei 10.639, de 2003", afirma. Essa lei a tornou obrigatório, nos currículos do ensino fundamental e médio, o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas.

Temas afro não são tratados nas escolas

Elis Regina Salas, mãe de Renan, 17 anos, Mirela, 11 anos e Mikael, 7 anos, conta que o filho mais velho parou de estudar por problemas de saúde e que se tivesse escola na comunidade ele poderia continuar. "Se tivesse escola aqui, eu também terminaria meus estudos", comenta ela, cuja rotina diária é de muito trabalho. Regina conta que acorda às 5h para fazer marmita para o marido e logo em seguida vai trabalhar na estufa da comunidade. No período da tarde, ela faz artesanato. "Então eu poderia estudar à noite", diz.

CONT.



Sua filha, Mirela Salas de Oliveira, 11 anos, que cursa o 6º ano, reclama que a escola é longe. Apesar de fazer uso de ônibus escolar, para ela seria melhor se fosse na comunidade. Ela afirma que apenas uma vez ouviu uma professora de história comentar na sala de aula sobre a comunidade Cafundó.

Amiga de Mirela, Vitória Lorena Floriano da Silva Campos, 13 anos, conta que durante todos os anos nos quais frequenta a escola, muito pouco foi dito sobre a comunidade quilombola. "Lembro de terem falado algo quando eu estava no 5º e 6º ano... No ano passado não falaram nada. Acho importante porque seria para aprender mais sobre a vida no quilombo." Dois meninos adolescentes, que preferiram não serem identificados, também disseram que seria bem melhor se a escola estivesse na comunidade.

Questionada a respeito, a Secretaria da Educação do Estado emitiu uma nota dizendo que a Diretoria Regional de Ensino de Votorantim, responsável pela região de Salto de Pirapora, informou que se reuniu com representantes da comunidade Cafundó para estudar a implementação do atendimento dos alunos no próprio bairro. Regina confirma que isso ocorreu sim, mas na época da posse do conselho (no início de 2014). "Mas depois essa discussão ficou parada", conta. Ainda de acordo com Regina, até agora não há previsão de quando deve ocorrer a primeira reunião deste ano do conselho.

A reportagem tentou entrar em contato com Valdir José Leite, do quilombo do Carmo, em São Roque, para saber como está a situação no local e apesar de não ter conseguido falar, a informação de outros quilombolas é que é a mesma que a do Cafundó.



Produção de tambaqui no Lago Tucuruí atenderá a 35 mil famílias

SÍTIO PORTAL BRASIL, 22.01.2015

Cidade de Breu Branco será a primeira beneficiada pelo projeto. Com 52.498 habitantes, sua economia regional se destaca pelo grande potencial de desenvolvimento nas atividades da aquicultura

por Portal Brasil

O Projeto Tambaqui no Lago do Tucuruí, localizado no sudeste do Pará, foi o tema do encontro do ministro da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho, com o deputado federal pelo Pará Miriquinho Batista, o prefeito de Breu Branco (PA), Adimilson Mezzomo, e a vereadora da cidade Rosana Loureiro na quarta-feira (21).

O município de Breu Branco será o primeiro beneficiado pelo projeto. Com 52.498 habitantes, sua economia regional se destaca pelo grande potencial de desenvolvimento nas atividades da aquicultura. O convênio já firmado com o MPA garantirá a construção e instalação de uma unidade de beneficiamento de pescado

De acordo com o deputado Miriquinho o projeto está em discussão há 9 anos e já foram realizados estudos técnicos que comprovaram o tambaqui como a melhor espécie para reprodução no lago. Ao todo, a criação desse pescado na região do lago atenderá em média a 35 mil famílias.

A vereadora Rosana Loureiro acredita em novo marco para o desenvolvimento sustentável da região do lago. "A economia local será alavancada, e vai melhorar o padrão de vida dos ribeirinhos que ali vivem", destacou a vereadora.

Projeto de tecnologia em piscicultura no Acre

Também na quarta-feira, Helder recebeu em seu gabinete o representante da Empresa Peixe da Amazônia S.A, Jaime Brum, que veio apresentar ao ministro o Projeto Pacu – Tecnologia em Aquicultura, do Estado do Acre.

O projeto Pacu atualmente é o mais conceituado em tecnologia de piscicultura do Brasil, e seu foco são as espécies nativas, como surubim, pirarucu e o tambaqui.

"O projeto Pacu faz a assessoria tecnológica e a engenharia de pesquisa desse grande projeto do Acre, que é a Empresa Peixe da Amazônia. Participamos como provedores de tecnologia", disse Jaime.

CONT.



Composta de uma estação de produção de alevinos, uma fábrica de ração e um frigorífico, a Peixe da Amazônia, através da visita de Jaime, convidou o ministro Helder a conhecer, pessoalmente, as instalações e o projeto.

Ministro da Pesca recebe autoridades do Equador

O ministro da Pesca e Aquicultura, Helder Barbalho, recebeu em seu gabinete, em Brasília, na quarta-feira, a visita do embaixador e da ministra do Equador no Brasil, Horacio Sevilla Borja e Laura Donoso.

O Brasil e o Equador têm um acordo de cooperação técnica tradicional desde 1982, os dois países firmaram o interesse mútuo de colaboração.

A República do Equador tem demonstrado interesse em exportar camarão para o mercado brasileiro. O país está posicionado como um dos maiores produtores de camarão em nível mundial.

Hoje, o Brasil produz cerca de 80 mil toneladas de camarão ao ano, e o Estado do Ceará lidera o mercado brasileiro com uma produção de aproximadamente 43 mil toneladas.

O mercado interno consome praticamente toda a produção de camarão brasileiro. O Estado que ocupa a vice-liderança em produção é o Rio Grande do Norte.

O embaixador Horacio acredita que existam muitas possibilidades de cooperação pesqueira entre os dois países. "A nossa conversa traça os primeiros passos a serem dados para que possibilite a negociação conjunta. Além disso, é importante tratar também a questão de cooperação científica da pesca", afirmou o embaixador.

Atualmente, o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) está realizando a análise de risco preliminar, que averigua o índice do perigo, o aviso de risco e a gestão de risco da introdução do camarão equatoriano no mercado brasileiro.

Caso o Brasil passe a importar esse camarão, o Equador deverá obedecer aos limites impostos, e esse produto deverá respeitar uma série de práticas legais. Uma equipe técnica do MPA já apresentou um relatório dos pontos positivos e negativos do produto em questão.

Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura.



Justiça questiona identidade de remanescentes quilombolas no Amazonas

SÍTIO CEDEFES, 22.01.2015

A Justiça Federal do Amazonas negou um pedido de liminar do Ministério Público Federal para impedir a remoção das famílias remanescentes de quilombos que vivem na Comunidade do Tambor, dentro do Parque Nacional do Jaú, no município de Novo Airão (AM), pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), do Ministério do Meio Ambiente.

A Justiça Federal do Amazonas negou um pedido de liminar do Ministério Público Federal para impedir a remoção das famílias remanescentes de quilombos que vivem na Comunidade do Tambor, dentro do Parque Nacional do Jaú, no município de Novo Airão (AM), pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), do Ministério do Meio Ambiente.

A remoção, que também deverá ser efetivada pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), foi determinada pela Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União (AGU), em reunião realizada em março de 2014.

Na decisão proferida no dia 14 de janeiro último, o juiz federal Ricardo Sales, da 3ª, Vara da Justiça, colocou em dúvida se a famílias da Comunidade do Tambor são remanescentes de quilombolas, causando surpresa e indignação em representantes do Tambor, procuradores do MPF do Amazonas e antropólogos. É que o assunto relacionado à identidade quilombola não é mencionado na ação do MPF.

“Ocorre que não é possível afirmar, neste momento, de análise perfunctória (superficial), que a Comunidade do Tambor seja, de fato, remanescente de quilombola, qualidade que deve ser aferida por profissional especializado, na área de antropologia, especialmente considerando a região é tradicionalmente ocupada por indígenas e ribeirinhos, o que é de fato notório”, diz o juiz na decisão.

Ricardo Sales determinou na decisão que seja realizado um estudo antropológico da comunidade. “Assim, para que se identifiquem as pessoas da mencionada comunidade como descendentes de quilombolas faz-se necessário, como já dito, um detido estudo por especialistas a serem oportunamente nomeados pelo juiz”, diz sua decisão.

A Comunidade Quilombola do Tambor fica na margem esquerda do rio Jaú, afluente do rio Negro, no Amazonas, numa faixa de terra delimitada em 719,8 mil hectares. A agência Amazônia Real visitou o local em outubro de 2014, e fez [reportagem especial](#) sobre a comunidade e os moradores.

Nos relatos, todos afirmaram ter relação de parentesco ou de afinidade com os primeiros

CONT.



ocupantes do Jaú: os três casais negros que migraram do Nordeste em 1910. Os moradores afirmaram ter conhecido sobre a decisão da AGU de removê-los, mas afirmaram serem contra a medida.

Os moradores da comunidade do Tambor são reconhecidos como quilombolas e tiveram seu certificado concedido pela Fundação Cultural Palmares, do governo federal em 2006. Com esta certificação, o passo seguinte seria a titulação fundiária.

Mas por estar sobreposta a uma unidade de conservação que restringe ocupação humana – o Parque Nacional do Jaú – a comunidade não teve a titulação fundiária assinada pelo Incra devido o litígio administrativo empreendido pelo ICMBio .

O ICMBio contesta a regularização fundiária da comunidade alegando que o Parque Nacional do Jaú (PNJ) é uma unidade de proteção integral da fauna e da floresta, que exclui ocupação de populações humanas.

Na sua ação, o MPF pede que o Incra realize em um ano a conclusão da titulação de terras ocupadas pelo Tambor, mas o juiz, com base nas alegações do órgão federal, negou o pedido. Entre suas alegações, o Incra ressaltou que a sobreposição de terras levou a Câmara de Conciliação da AGU a pedir a remoção das famílias.

AGU decidiu remover

Em março de 2014, durante reunião em Brasília, Incra, ICMBio, Fundação Cultural Palmares, entre outros órgãos, decidiram pela remoção das famílias do Tambor, mas em nenhum momento questionaram a identidade quilombola dos moradores, conforme consta nos documentos, aos quais a Amazônia Real teve acesso. Na reunião, nenhuma liderança do Tambor esteve presente.

Foi para evitar a remoção e pedir agilidade na titulação da área que a o MPF entrou na justiça com pedido de liminar.

Sebastião Ferreira, vice-presidente da Associação de Moradores Remanescentes do Quilombo do Tambor, foi procurado pela Amazônia Real para falar sobre a decisão.

“Isso é coisa da cabeça do juiz, mas de onde ele tirou isso? O Tambor é quilombola. Foi reconhecido pela Fundação Palmares, tem documentos. O que está se tratando é sobre terra e não sobre se somos ou não quilombolas”, disse Ferreira, que vive na cidade de Novo Airão (a 180 quilômetros de Manaus), cidade mais próxima do Tambor, e se descreve como “representante legal” da comunidade.

Ferreira disse que vai se organizar para ir até a comunidade (cujo acesso pode levar até um dia de viagem de voadeira pelos rios Negro e Jaú) e informar sobre a decisão e procurar mobilizar os moradores. Ele reafirmou que os moradores se negam a sair do Tambor.

CONT.



Procurador diz que juiz considerou tratado internacional

A Amazônia Real enviou perguntas por email para que o juiz federal esclarecesse sua decisão e dissesse com base em que documento ele pôs em dúvida a identidade quilombola do Tambor. Também pediu uma entrevista com ele. Após quatro dias do envio do pedido de entrevista, Ricardo Sales, por meio da assessoria de imprensa da Justiça Federal, respondeu que não iria se manifestar.

O atual procurador do 5º Ofício Cível do MPF/AM, Fernando Merloto Soave, que ficou no lugar de Julio José Araujo Júnior, autor da ação, disse que a decisão foi “omissa”, pois ela não aprecia o pedido que consta na ação.

“O juiz apresenta algo que não é divergência no processo. Não há contestação se os moradores são ou não quilombolas. Ele não se manifesta quanto ao nosso pedido”, disse.

Soave afirmou que vai definir que medidas tomará para responder à decisão. “Podemos entrar com um embargo de declaração para o juiz aclarar sua decisão. Ou então, um agravo de instrumento, que é um recurso contra uma decisão no curso do processo. Isso é feito no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília”, disse.

O procurador da República Julio José Araujo Junior disse que a decisão judicial desconsiderou tratados internacionais, a Constituição e a própria regulamentação sobre o tema, que falam em autorreconhecimento da identidade pela comunidade.

Ele ressaltou que ainda que não fosse assim, o autorreconhecimento dos quilombolas do Tambor já foi certificado pela Fundação Cultural Palmares e há relatório antropológico elaborado pelo Incra. O procurador afirmou que nem o Incra nem o ICMBio contestaram a identidade do grupo como quilombola.

“É um fato sobre o qual não paira qualquer controvérsia e que foi reconhecido, inclusive, durante toda a Câmara de Conciliação da AGU. O que se pretendeu com a ação judicial e não foi apreciado na liminar, é a garantia da permanência da comunidade na área do Parque Nacional. Além de estar lá há mais tempo, a comunidade quilombola tem o direito ao seu território assegurado pela Constituição, de modo que o art. 42 da Lei 9985/2000, que trata da impossibilidade de presença humana no parque, deve ser compatibilizado com a legislação de hierarquia superior”, disse.

Antropólogo diz que decisão é dúvida

O antropólogo João Siqueira, que foi o autor do estudo de identificação fundiária da Comunidade Quilombola do Tambor no período em que era funcionário do Incra, leu a decisão do juiz, a pedido da reportagem para comentar o assunto. Ele disse que não poderia supor sobre o que teria levado o juiz a levantar dúvida sobre a identidade quilombola dos moradores da comunidade do Tambor, mas afirmou que o juiz sequer se ocupa de apontar, na decisão,

CONT.



um marco ou pressuposto teórico que apoie sua percepção, por ora incerta, sobre a identidade étnica da referida comunidade.

Siqueira comentou ainda: "Nota-se que o conteúdo do documento que embasa a decisão do magistrado apresenta uma dubiedade que é própria das manifestações jurídicas de tradição brasileira porém, inconsistente, pois é evasiva e até confusa quanto aos fatos abordados. Note que num trecho do documento a identidade quilombola é colocada em dúvida, mas, logo em seguida, ele cita a existência do processo em trâmite na AGU referente à titulação da referida comunidade, o que se pode depreender com isso que ele, como operador do direito e um agente do judiciário, deveria, com base nesse fato, estar ciente que a identidade quilombola da comunidade já fora admitida pelo Estado brasileiro", analisou.

João Siqueira continuou: "O juiz está não somente recorrendo à usual estratégia da dilação probatória, mas, também, reificando uma das principais características do direito brasileiro. A saber, a abstração".

Em 2012, João Siqueira defendeu tese de doutorado com o título "Tambor dos Pretos: processos sociais e diferenciação étnica no rio Jaú, Amazonas", pela Universidade Federal Fluminense.

Autor do livro "Do rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor", o antropólogo Emmanuel de Almeida Farias Júnior comparou a decisão de Ricardo Sales com a tomada pelo juiz Airton Portela, do Pará.

"Essa decisão do juiz federal do Amazonas coincide com o momento que está ocorrendo. Em Santarém, a Funai reconheceu os indígenas, mas o juiz diz que eles não são. Se grupos dizem que são quilombolas ou índios, eles são. Têm leis que garantem isso. O que os que questionam isso querem? Que mais elementos os juízes querem? Que se faça DNA? Ou que alguém chegue e diga que eles não são?", afirmou Farias Júnior.

Em dezembro passado, o juiz Airton Portela declarou como inexistente a Terra Indígena Maró, em Santarém (PA), mesmo que a área já tenha sido reconhecida pela Funai (Fundação Nacional do Índio). Segundo Airton Portela, os indígenas da etnia Borari-Arapium são ribeirinhos. Assim, o juiz determinou que a União e a Funai deixem de declarar os limites da terra indígena e de todos os procedimentos para demarcá-la.

Emmanuel de Almeida Farias Júnior diz que duvida que o juiz tenha lido o seu livro, anexado na ação do MPF, ou outro estudo atestando a presença de quilombolas no Tambor.

A reportagem da Amazônia Real teve acesso ao processo completo sobre o caso e viu que, nas petições anexadas às respostas enviadas pelo ICMBio, há um estudo de 2009 onde o órgão ambiental questiona a identidade quilombola do Tambor, e cita pesquisas do historiador Victor Leonardi, estudioso na área do rio Jaú, onde ele nega que a região é habitada por quilombolas, apenas por ribeirinhos.

Fonte: Elaíze Farias – Amazônia Real

Campanha pela resistência Munduruku
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.01.2015

Financiamento coletivo online visa captar recursos para apoiar as ações do povo que habita a bacia do Tapajós contra projeto do governo que destruirá suas terras



Nathália Clark – Greenpeace

Desde que o governo brasileiro intensificou a empreitada para implantar o complexo hidrelétrico do rio Tapajós, no norte do País, os índios Munduruku, uma das populações mais diretamente afetadas pelo projeto, também passaram a lutar mais intensamente pelos seus direitos e pela preservação de seu território e seu modo de vida. Visando prioritariamente o apoio ao processo de auto-demarcação da Terra Indígena Sawré Muybu, no oeste do Pará, iniciado em outubro passado, Munduruku lançaram uma campanha de financiamento coletivo que têm como meta final arrecadar um total de 18 mil dólares.

Mobilizados, os mais de 12 mil indígenas Munduruku que vivem nessa região têm direcionado

CONT.



seus esforços na iniciativa autônoma de demarcação da TI, que espera 13 anos pela demarcação oficial. Caso o complexo seja realmente instalado, a Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, a primeira usina a ser construída, alagará o território DAJE KAPAP EYPI, como os Munduruku chamam aquela terra. Os recursos captados com a campanha serão destinados a ajudar nos gastos com transporte e alimentação de 30 indígenas até lá.

O financiamento coletivo também conta com outros dois objetivos prioritários: legalizar duas associações Munduruku – a “Da’uk” e “Pahyhyp” – de modo que elas possam se articular com maior autonomia; e traduzir e dublar o documentário “Índios Munduruku: Tecendo a Resistência” e o acervo de vídeos do “Amazônia em Chamas” para a língua Munduruku, além da distribuição deste material como estratégia de comunicação. Foi colocada ainda uma meta adicional de dar início à construção de um portal online para alocar toda a produção de conteúdo sobre a luta do povo Munduruku.

Aos apoiadores da campanha, os guerreiros e guerreiras Munduruku retribuirão com colares tradicionais produzidos pelas associações “Da’uk” e “Pahyhyp”, além de outros brindes personalizados confeccionados nas aldeias Munduruku.

Acesse [AQUI](#) para mais detalhes sobre a campanha.

História recente de luta

A implantação do complexo do Tapajós fere um direito inalienável garantido na Constituição Federal e também pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT): o direito à consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas sobre quaisquer empreendimentos e ações que impactem diretamente seus territórios. Tal consulta até hoje não foi plenamente realizada pelo governo federal.

Visando um procedimento claro e abrangente, cerca de 600 representantes da etnia e mais de cem caciques de todas as aldeias da região aprovaram, durante Assembleia Extraordinária do Povo Munduruku, no início de dezembro, um protocolo para orientar o processo. A construção do protocolo foi resultado de um largo ciclo de conversas e articulações entre as lideranças, Ministério Público Federal e ONG’s a partir do projeto “Consulta prévia, livre e informada: um direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais da Amazônia”, documentado em vídeo.

[Assista ao vídeo.](#)



União pede expulsão de índios que ocupam prédio público em Roraima, mas silencia sobre áreas privadas invadidas no Mato Grosso do Sul
SÍTIO QUESTÃO INDÍGENA, 22.01.2015

A Advocacia Geral da União em Roraima (AGU) entrou nesta quarta-feira (21) com ação na Justiça Federal solicitando a reintegração de posse do prédio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), de Boa Vista, capital de Roraima. O objetivo do pedido é retirar os 50 índios Yanomami que ocupam o prédio da Sesai desde a segunda-feira (19) e pedem a exoneração da Coordenadora, Maria de Jesus do Nascimento.

O indígena Anselmo Yanomami, um dos líderes do movimento, afirmou que está acompanhando o andamento da ação, mas reiterou que "a manifestação na Secretaria ocorre em prol de todos os indígenas que sofrem com a precariedade da Saúde na Terra Indígena Yanomami [TIY]".

Conforme o procurador-chefe da AGU de Roraima, Francisco Vilerbaldo Albuquerque, a ação de reintegração de posse foi ajuizada com pedido de liminar. Ele alegou que a ocupação do prédio é ilegal. "Qualquer invasão de prédio público é ilegal. Por isso, tivemos de buscar as vias judiciais para resolver a situação", disse Albuquerque.



Projeto Peixe Vivo chega pela primeira vez ao consumidor

SÍTIO CHICOTERRA.COM, 22.01.2015

PUBLICADO POR CHICO TERRA

No próximo sábado, 24, produtores rurais da comunidade de Porto do Céu, no distrito do Coração, realizarão o primeiro transporte e venda do peixe vivo cultivado através do Programa de Apoio à Piscicultura, desenvolvido pelo município e implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Semdec).

O Programa de Incentivo à Piscicultura foi criado em 2013 para atender pequenos agricultores familiares de áreas rurais da cidade de Macapá, oferecendo a eles a oportunidade de se tornarem aquicultores por meio de fomento, que tem como uma de suas principais metas melhorar a vida dessas famílias e gerar mais emprego e renda ao município.

Produtores do Polo de Fazendinha, Ambé, distritos do Coração, Pacuí, Maruanum, Tessalônica e comunidades quilombolas de Conceição do Macacoari, Curiaú e Mel da Pedreira já estão inseridos no programa.

Para atender ao mercado consumidor, em especial famílias de baixo poder aquisitivo, o programa possui ainda o projeto "Peixe Vivo", que com subsídios da Prefeitura de Macapá aos aquicultores, garante a comercialização e o consumo de peixe a preços mais acessíveis no período da Semana Santa.

O prefeito Clécio Luís acompanhará de perto todo o processo de retirada dos peixes do tanque até a venda, que será realizada no bairro Pacoval, próximo à feira do produtor.



Incra cadastra 14 famílias para desocupar terra indígena no MA
SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 22.01.2015

Agência Brasil

Catorze famílias que foram notificadas para desocuparem a Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, fizeram cadastro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O objetivo delas é serem reassentadas pelo governo, caso sejam comprovadas as condições para tal. Desde o início do ano foi iniciado processo de desintrusão (ato ou efeito de retirar de imóvel quem dele se apossou sem autorização do proprietário) das famílias que moram ou têm comércios no local.

A entrega das notificações aos moradores da área começou na última quarta-feira (15). De acordo com o Incra, 187 pessoas receberam os documentos. A Fundação Nacional do Índio (Funai) informou que ontem (19) terminou a entrega pela região sul da terra indígena. A estimativa da Justiça é que haja entre 300 e 500 ocupações no território, que tem área total de 116 mil hectares (um hectare corresponde, aproximadamente, a um campo de futebol).

A partir do momento em que receberem a notificação, os moradores têm 40 dias para retirar seus pertences e saírem da terra de forma voluntária. A região compreende os municípios maranhenses de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, Zé Doca e São João do Caru.

Para o superintendente regional do Incra, José Inácio Sodré Rodrigues, há área disponível para realocar as famílias que se cadastraram para o reassentamento e para receberem políticas sociais do governo. "Hoje, segundo nosso levantamento, concretamente nós temos área suficiente para atender às famílias cadastradas", disse.

Só serão reassentados os pequenos produtores que atenderem aos critérios de reforma agrária definidos pelo Incra. Não podem ser beneficiários, por exemplo, agricultores e posseiros que têm renda de atividades não agrícola superior a três salários mínimos, além de proprietários de grandes áreas. A estratégia do Incra é reassentar as famílias à medida em que forem notificadas.

O Incra trabalha para adquirir terras por meio de um edital lançado em dezembro de 2013. Segundo o superintendente, duas propostas de venda de terras foram feitas ao instituto. "A nossa equipe está avaliando para que a gente possa fazer a compra. Nos próximos 20 ou 30 dias, no máximo a avaliação deve estar concluída e a negociação avançada", disse.

Outras possibilidades de adquirir áreas para reassentarem pequenos trabalhadores rurais com as quais o Incra trabalha são a revisão ocupacional de assentamentos que estejam

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12/ 2015

Brasília, 22 de janeiro de 2015.

desocupados, a regularização de áreas públicas e novos assentamentos em áreas decretadas pela presidenta Dilma Rousseff.

O juiz responsável pela ação, José Carlos do Vale Madeira, disse que o instituto deve discriminar, nos próximos dias, as medidas que estão sendo tomadas para o reassentamento dos produtores rurais.

Exposição em Santarém, PA, mostra estampas inspiradas na arte tapajônia
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 22.01.2015

*Exibição é realizada na sede do Sesc Santarém.
Mostra de arte segue até o sábado (24).*



Estampas foram feitas a partir de objetos do acervo
arqueológico (Foto: Reprodução/TV Tapajós)

A sede do Serviço Social do Comércio de Santarém recebe de 20 a 24 de janeiro a exposição "Design de superfície na Amazônia: referências visuais da iconografia arqueológica do oeste do Pará no desenvolvimento de estampas têxteis". A mostra é realizada pela designer e funcionária da Ufopa, Luciana Leal. (Confira o catálogo de estampas).

O trabalho retrata a iconografia dos povos indígenas tapajós que há cerca de 1000 anos habitaram a região oeste do Estado. Na exposição é possível observar 20 estampas de tecidos que foram produzidas com inspiração no acervo do Laboratório Curt Nimuendaju da UFOPA, que reúne, além das cerâmicas tapajônicas, centenas de objetos arqueológicos das mais diversas origens, como restos de fauna, carvões de fogueiras, sementes carbonizadas de outros povos mais antigos ou contemporâneos da Amazônia, sobretudo do Pará, Amazonas e Roraima.

A exposição já passou por Belém, em dezembro de 2014, no IAP. "Esse projeto ganhou uma bolsa de pesquisa do IAP. A partir do estudo do material arqueológico, eu desenvolvi estampas inspirados no material dos indígenas de Santarém. Cada peça, cada pedaço para mim foi inspirador. A mesma peça que eles usavam, em um ângulo significava uma coisa e em outro ângulo significava outro. Essa ideia de dualidade eu procurei transmitir por meio do material", afirmou Luciana.

CONT.



Além da exposição de tecidos, haverá a apresentação do músico Fábio Cavalcante.

Serviço

O que? Exposição "Design de superfície na Amazônia: referências visuais da iconografia arqueológica do Oeste do Pará no desenvolvimento de estampas têxteis".

Quando? 20 a 24 de janeiro de 2015

Onde? SESC Santarém (Rua Floriano Peixoto, 535 – Centro)

Quanto? Entrada gratuita



Boletim de Notícias - Edição nº 12/ 2015

Brasília, 22 de janeiro de 2015.

Recurso judicial é protocolado para anular sentença que declara inexistente a TI Maró

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.01.2015

Recurso movido pelo Conselho Borari Arapium e direcionado ao TRF evidencia que sentença de juiz favorece o interesse econômico de madeireiras na região. Relatórios técnicos e laudos antropológicos se somam ao documento.



Por Assessoria de Comunicação Social da Terra de Direitos

Com o intuito de anular a sentença da Justiça Federal do Pará que declarou inexistente a Terra Indígena (TI) Maró, o Conselho Indígena Intercomunitário Arapium Borari (COIAB) protocolou nesta segunda-feira (19) um recurso de apelação direcionado ao Tribunal Regional Federal TRF1, em Brasília.

Em novembro de 2014, o juiz Airton Portela determinou que o relatório produzido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2011, que identifica e delimita a área de 42 mil hectares onde vivem indígenas das etnias Borari e Arapium, no Oeste do Pará, não tem qualquer validade jurídica.

CONT.



Como explicação para a decisão está a de que contradições e omissões em relatório antropológico produzido pela FUNAI levam à conclusão de que as comunidades da Gleba Nova Olinda, onde está localizada a TI Maró, são formadas por populações tradicionais como ribeirinhos, e não índios.

Em resposta a isso, a COIAB, uma associação legalmente constituída que representa os interesses do povo indígena, entrou com pedido de assistência ao Ministério Público Federal (MPF) para participar do processo e interpor o recurso de apelação que poderá anular a sentença da Justiça Federal.

Um recurso jurídico de embargo de declaração já havia sido movido pelo MPF, por ter sido reconhecida contradição e obscuridade na sentença. Com isso, o juiz teria de rever sua decisão. No final de dezembro, Portela declarou o pedido de embargo improcedente.

Apelação

Para reverter a sentença, o recurso de apelação protocolado pela COIAB apresenta relatórios técnicos e laudos antropológicos que evidenciam os conflitos econômicos que cercam os habitantes das aldeias Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III, e que se opõem a demarcação da TI Maró. No documento, também fica comprovado que, ao contrário do que foi declarado pelo juiz em sua decisão, não existe sobreposição territorial da TI Maró com alguma comunidade ribeirinha.

Para comprovação dos argumentos, relatórios técnicos oficiais produzidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) e por antropólogos e pesquisadores citados na sentença estão anexados no documento que soma mais de 100 páginas.

O recurso também aponta que, além de ter sido tomada a partir de uma má interpretação do texto de pesquisadores, a decisão do juiz Portela também contraria o direito estabelecido na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (ratificada pelo Brasil), que assegura o direito do autoreconhecimento dos povos tribais, entendidos como os indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais.

O estabelecido na Convenção 169 da OIT importa no direito de expressar livremente a identidade, de modo incontestável, para assim melhor situar na realidade conflituosa os direitos de comunidades que tiveram por anos sua identidade negada.

Casos emblemáticos

Outros conflitos judiciais envolvendo territórios indígenas ganharam grande repercussão na esfera pública e midiática. No caso da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, o

CONT.



Supremo Tribunal Federal teve a determinação de desocupação da reserva por parte de não-índios questionada pelo governo do estado.

No Maranhão, a TI Awa Guajá também foi palco de disputas econômicas. Ações judiciais derrotadas e movidas por proprietários rurais também questionavam a posse da terra pelos indígenas. Apesar de não terem sua identidade negada judicialmente, nesses dois casos a condição indígena chegou a ser questionada.

A identidade étnica de outros povos também tem sido frequentemente discutida na esfera judicial, no Brasil. Exemplo disso é a situação de quilombolas, que lutam pelo seu reconhecimento e pela titulação de territórios. Um caso emblemático, a comunidade quilombola Invernada Paiol de Telha foi a primeira a ser reconhecida pelo Incra, no Paraná.

Vice-governadora recebe carta de reivindicações dos povos indígenas do Tocantins
SÍTIO SURGIU.COM, 22.01.2015



A vice-governadora Claudia Lelis recebeu a visita de uma comissão de indígenas, em seu gabinete no Palácio Araguaia, na manhã desta quinta-feira, 22. Capitaneados pelo cacique Sriwê Xerente, de Tocantínia, os índios foram levar uma carta de reivindicações para o novo governo.

Esquecimento

“O governo passado se esqueceu de nós. Estamos largados, sem atenção, sem saúde e educação e isso não é justo” – reclamou o cacique Sriwê Xerente.

Já a representante da tribo Karajá, Narúbia Karajá, reclamou da falta de representatividade das etnias. “Não existem indígenas na secretaria de organização dos jogos indígenas e nem tão pouco, uma só organização que atenda aos nossos interesses, na esfera estadual” – destacou Narúbia.

Atenção e respeito

Após ouvi-los, a vice-governadora Claudia Lelis declarou que foi grande a satisfação em recebê-los, que são justas as reivindicações e que vai trabalhar junto ao governador Marcelo Miranda e à Agência de Defesa e Proteção Social para diminuir as desigualdades.

“Vamos resgatar e dar visibilidade merecida aos, indígenas, quilombolas, quebradeiras de

CONT.



coco que são a verdadeira cultura do Tocantins, a nossa identidade cultural que merece ser respeitada” – assegurou Claudia Lelis.

Justiça

Durante a reunião, a vice-governadora explicou as dificuldades encontradas, como a falta de orçamento e as dívidas, pediu um prazo para que a atual gestão possa organizar as estruturas. “Temos de atender as urgências encontradas e solucioná-las para promovermos a justiça social entre todos” – explicou.

População

No Estado do Tocantins existem, sete tribos indígenas que totalizam uma população de 13.700 índios. Na reunião havia representantes das tribos: Karajá, Xerente, Javaé e Makuxi.

Cláudia Lelis.

Foto: Divulgação.

Mudanças na Educação: Resolução do quadro de escolas é publicada com novidades para o ano letivo de 2015

SÍTIO JORNAL ARAXÁ, 22.01.2015

Entre as novidades está a permissão de que turmas dos anos iniciais do ensino fundamental contem com profissional de educação física



Documento define normas para Quadro de Pessoal de Escolas. Agência Minas

Responsável por organizar o funcionamento da rede pública estadual durante o ano letivo de 2015, a Resolução SEE nº 2.741, de 20 de janeiro de 2015, da Secretaria de Estado de Educação, foi publicada na edição desta quarta-feira (21) do Diário Oficial dos Poderes do Estado.

O documento estabelece normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica e, neste ano, trouxe novidades.

Uma das principais mudanças é a permissão para que o professor habilitado em Educação Física leccione em turmas dos anos iniciais do ensino fundamental. Até o ano passado, o responsável por conduzir as aulas do componente curricular Educação Física nessa etapa de ensino era o regente de turma.

Com a nova resolução, podem dar essas aulas professores de Educação Física efetivos da escola que tenham horário disponível ou poderão ser designados professores habilitados para conduzir a aula. A aula de Educação Física somente será ministrada pelo regente da turma caso a escola não tenha um professor efetivo ou não consiga contratar um designado habilitado. A prioridade desse profissional, contudo, é para turmas de anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

Outra novidade apresentada na resolução para o ano letivo de 2015 beneficia os estudantes que estudam à noite no ensino médio. Para estudar no período noturno, o estudante dessa etapa precisa comprovar o vínculo empregatício e este ano essa comprovação ficou mais fácil. Além da carteira de trabalho e do contrato, o aluno pode comprovar que trabalha com a apresentação da previdência social, em que se comprove a inscrição e recolhimento como trabalhador autônomo ou a apresentação de declaração firmada por um responsável e pelo próprio adolescente maior de 16 anos.

CONT.



A lista de estudantes que podem estudar à noite foi ampliada, já que foram incluídas as notas judiciais publicadas no ano passado, construídas com base em questões práticas que surgiram à medida que as escolas priorizavam o atendimento do ensino médio no turno diurno. A resolução anterior, publicada em novembro de 2013, já contemplava alunos que comprovadamente trabalhassem, estivessem inscritos em Programas de Menor Aprendiz, estivessem matriculados nas turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e que participassem de Programas de Educação Profissional concomitantes ao ensino médio.

Este ano, estão incluídos também aqueles que estão regularmente matriculados como estagiários, estão submetidos a medidas socioeducativas, além de mães e pais adolescentes com filhos com menos de seis anos.

A resolução do quadro de escolas foi discutida com entidades da Educação, como o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) e a Associação de Diretores de Escolas Oficiais de Minas Gerais (Adeomg).

Segundo a secretária de Estado de Educação, Macaé Evaristo, o documento é importante para o funcionamento das escolas. "Espero que essa resolução possibilite que tenhamos um início de ano mais tranquilo, com maior estabilidade para a melhoria do aprendizado dos alunos", afirma.

Novidades na organização

A resolução traz também algumas outras novidades que repercutem no dia a dia das escolas. Uma delas é a substituição de auxiliar de serviços de educação básica (ASB) em caso de afastamento. Até o ano passado, a contratação de um substituto só era permitida após 30 dias de afastamento. Com o novo documento, esse prazo diminuiu para 15 dias.

Algumas penalidades, que já eram previstas em anos anteriores, foram amenizadas esse ano. Como é o caso das faltas para servidores designados. O servidor designado que tinha um número de faltas superior a 10% de sua carga horária mensal de trabalho era dispensado. Agora, esse número sobe para 15%. Antes, o candidato à designação que aceitasse a vaga e não comparecesse no dia determinado só poderia ser novamente designado em escola estadual do mesmo município depois de 120 dias. Com a nova resolução o prazo cai para 60 dias.

Outra novidade afeta os professores efetivos da rede que ocupam cargos inferiores à jornada padrão do Estado, que é de 24 horas semanais. Um educador que não tinha o cargo completo na escola poderia completar por meio de extensão de jornada e tinha que renovar esse vínculo anualmente. Agora, o educador que assume um cargo vago do mesmo componente curricular da sua titulação e na mesma escola pode solicitar à Secretaria de Estado de Educação que a carga horária adicional integre sua carga horária, sem ultrapassar o limite das 24 horas semanais.

CONT.



Após essa alteração, sua carga horária não poderá ser reduzida, salvo na hipótese de remoção e de mudança de lotação, com a expressa concordância do professor. Nesse caso, a remuneração será proporcional à nova carga horária.

Também vale destacar uma alteração que interfere nas escolas indígenas. A partir deste ano, as escolas indígenas com mais de cem alunos poderão contratar secretários, de acordo com a resolução. Escolas que funcionam em unidade prisional, Centro Socioeducativo e escolas onde a direção é exercida por coordenador não contam com esse profissional. Essas escolas são aquelas que, em geral, têm poucos alunos.

Prazo para a designação

A resolução define ainda critérios para a designação de servidores para o ano letivo de 2015. A chamada inicial para designação será feita entre os dias 28 e 30 de janeiro. Antes desse período, cabe aos diretores de escolas definir o quantitativo de cargos necessários para o funcionamento das instituições.

A designação é a forma de preenchimento de cargo a título precário para assegurar o funcionamento das escolas estaduais conforme prevê o artigo 10 da Lei 10254/1990. Como exemplo, o caso de uma professora efetiva que tira uma licença maternidade em uma escola estadual. Quando não há servidor efetivo na escola que possa exercer a função, ela é substituída por um professor designado durante o período da licença.

Segundo a resolução, terá prioridade no momento da designação o candidato concursado para o município ou Superintendência Regional de Ensino (SRE) e ainda não nomeado, obedecida a ordem de classificação do concurso. Em segundo lugar, estão candidatos concursados para outro município ou SRE. Todos os critérios para a designação estão no Art. 45 na resolução.

C/ Agência Minas.



Normas de sobredireito para resolver conflitos de direitos humanos

SÍTIO CONJUR, 22.01.2015

Por Aldo de Campos Costa

A Fundação Universidade Empresa de Tecnologia e Ciência — Fundatec — formalizou o seguinte problema aos candidatos ao cargo de assessor jurídico da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul na prova discursiva do VI Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Órgão, aplicada em 6 de abril de 2014:

"Discorra sobre os principais tipos de instrumentos normativos no direito internacional dos direitos humanos, elencando pelo menos três desse instrumentos ora vigentes. Nesse contexto, explique a diferença entre o denominado "hard law" e "soft law" e indique o instrumento normativo que prevê normas de sobredireito para a solução de conflitos de normas internacionais de direitos humanos".

Segundo a organizadora, a resposta integralmente correta requeria:

- 1) a enumeração de, pelo menos, três tipos de instrumentos normativos de direito internacional público de direitos humanos (pacto, convenção, tratado, declaração, carta) ou três instrumentos vigentes (e. g. Convenção Americana de Direitos Humanos, Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher) ao longo da narrativa;
- 2) a demonstração de que o candidato compreendia a diferença entre "hard law" (instrumentos normativos com força cogente, que vinculam os Estados parte) e "soft law" (instrumentos desprovidos desta eficácia), o que não se confunde com a enumeração das fontes materiais ou formais do direito internacional público (tais como doutrina, costumes, jurisprudência), nem com qualquer teoria sobre a rigidez ou flexibilidade na interpretação das respectivas normas, nem com o conceito de "jus cogens" (normas que não podem sofrer qualquer tipo de derrogação por parte dos Estados, dado seu significado fundamental para a comunidade internacional);
- 3) a indicação da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, concluída em 23 de maio de 1969, como o diploma normativo que estabelece normas de sobredireito que regulam a resolução de conflitos entre normas constantes de instrumentos normativos de direitos humanos.

Para alcançar as conclusões assinaladas, a banca parece não ter levado em consideração a autonomia dogmática do direito internacional dos direitos humanos em relação ao direito

CONT.



internacional público, pois além de fazer uso da expressão “instrumentos normativos de direito internacional público de direitos humanos” na grade de resposta do primeiro item dos critérios de correção, ao justificar os recursos interpostos pelos candidatos, afirmou que é “na Convenção de Viena que se encontram critérios para a solução de conflitos entre normas de direito internacional público, inclusive de direitos humanos”, e que “o direito internacional dos direitos humanos, ainda que tenha seu domínio específico dentro do direito internacional público, não se configura ramo distinto deste, mas sim campo próprio inserido no quadro maior do direito internacional público”.

Essa compreensão contraria a da doutrina dominante, para quem o direito internacional dos direitos humanos construiu os respectivos alicerces com base em princípios distintos dos que imperam no direito internacional público, e que o identificam e o individualizam em relação aos outros[1].

Diz a literatura que, diferentemente do que sucede naquele ramo do direito, o direito internacional dos direitos humanos não se fundamenta: a) no princípio da reciprocidade, que pressupõe a legalidade do não cumprimento de uma norma internacional por parte de um Estado como resposta ao não cumprimento da mesma norma por parte de outro ou de outros Estados[2]; b) no princípio da exclusividade da competência nacional, em que a proteção do indivíduo é confiada, em exclusivo, ao Estado de que é nacional[3]; c) no princípio da não ingerência nos assuntos internos, que desautoriza a intervenção internacional em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado; d) no princípio da reversibilidade dos compromissos, segundo o qual um tratado que não contém disposição relativa à sua extinção, e que não prevê denúncia ou retirada, não é suscetível de denúncia ou retirada, a não ser que se estabeleça terem as partes tencionado admitir a possibilidade da denúncia ou retirada; ou um direito de denúncia ou retirada possa ser deduzido da natureza do tratado.

Ao que parece, o examinador fundamentou o gabarito com base no que consignou a Corte Interamericana de Direitos Humanos no parágrafo 48 da Opinião Consultiva 3/1983[4], relativa a restrições à pena de morte. Nele, o Tribunal diz que irá se valer de “critérios de interpretação consagrados na Convenção de Viena [sobre o Direito dos Tratados]” para “precisar o sentido e abrangência das disposições do artigo 4º da Convenção [Americana de Direitos Humanos], em especial, seus parágrafos 2 e 4”.

Ocorre que, nesse mesmo texto, a Corte, mais adiante, assevera que os parâmetros previstos no artigo 31 daquela Convenção, designadamente o princípio da boa-fé, “podem ser considerados como regras de direito internacional geral sobre o tema”, o que, obviamente, não implica dizer serem eles normas de sobredireito para a solução de conflitos de normas internacionais de direitos humanos.

Isso se dá porque a Convenção de Viena propõe um método de interpretação geral de normas internacionais (sejam elas de direitos humanos ou não), veiculadas por meio de tratados (“hard law”) regidos pelo direito internacional aplicável, ao passo em que as normas internacionais de direitos humanos também podem ser veiculadas por instrumentos “quase

CONT.



legais" ("soft law"), que não têm força jurídica vinculativa para os sujeitos de direito internacional — citem-se como exemplos os Princípios de Limburgo, os Princípios de Bangalore de Conduta Judicial e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Dito com outras palavras, as normas da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969 dizem, em regra, respeito ao "hard law" (tratados, acordos, convenções, protocolos, costume, princípios gerais, decisões vinculativas etc.), mas não ao "soft law" (recomendações, resoluções, propostas, declarações e atas provenientes de conferências e organizações internacionais etc.)[5].

Assim, partindo-se da premissa de que ambas as plataformas (o "hard law" e o "soft law") podem veicular normas de direitos humanos, quer nos parecer que o instrumento normativo no qual estão previstas normas de sobredireito para a solução de conflitos dessa natureza (direito internacional dos direitos humanos) não deveria ser a Convenção de Viena de 1969, cuja aplicação, tivemos a oportunidade de constatar, dirige-se para o "hard law", mas sim a ambivalente Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Organização das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 (A/RES/217), especialmente em razão do que é preconizado pelos artigos XXIX e XXX do documento[6].

[1] Conferir, por todos: MARTINS, Ana Maria Guerra. "Direito Internacional dos Direitos Humanos", Coimbra: Almedina, 2006, p. 89.

[2] Idem, ibidem, pp. 88-89.

[3] Idem, ibidem, pp. 89-90.

[4] "48. A forma como é estabelecida a consulta faz necessário precisar o sentido e abrangência das disposições do artigo 4º da Convenção, em especial, seus parágrafos 2 e 4, as possíveis ligações guardadas por estes entre si, das quais dependerá a possibilidade de relacionar o efeito da reserva a um com o texto do outro. Para fazê-lo, a Corte utilizará os critérios de interpretação consagrados na Convenção de Viena, que podem ser considerados como regras de direito internacional geral sobre o tema".

[5] Registre-se, contudo, haver o examinador destacado na impugnação ao recurso de nº 29053062643-5, acertadamente, não haver "contradição entre essas disposições, incidindo em momentos e espaços normativos diversos".

[6] Nesse sentido, ao que tudo indica, André de Carvalho Ramos: "Quanto à ponderação e conflito de direitos (grifo nosso), a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) prevê, em seu artigo XXIX, que toda pessoa tem deveres para com a comunidade e estará sujeita às limitações de direitos, para assegurar os direitos dos outros e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. O artigo XXX determina que nenhuma disposição da Declaração pode ser interpretada para justificar ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades lá estabelecidos, o

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 12/ 2015

Brasília, 22 de janeiro de 2015.

que demonstra que os direitos não são absolutos" ("Curso de direitos humanos", São Paulo: Saraiva, 2014, p. 47).



MPF insiste na demarcação da terra indígena Sawré Muybu, no Pará

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 22.01.2015

TRF1 suspendeu liminar que obrigava Funai a demarcar terras.

Território será alagado com a construção da usina São Luiz do Tapajós.

O Ministério Público Federal do Pará (MPF/PA) insiste com a Justiça para que a Fundação Nacional do Índio (Funai) dê prosseguimento ao processo de demarcação da terra indígena Sawré Muybu, dos Munduruku, em Itaituba, no sudoeste do Pará. O MPF havia obtido, na Justiça Federal de Itaituba, uma liminar obrigando a Funai a dar prosseguimento à demarcação, mas o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, concedeu uma suspensão temporária até o julgamento dos recursos, paralisando novamente o procedimento.

O território em questão será alagado em caso de construção da usina hidrelétrica São Luiz do Tapajós e sem a delimitação do território, os Munduruku podem ter seus direitos ignorados no processo de licenciamento e até serem vítimas de remoção forçada, o que é vedado pela Constituição brasileira. De acordo com o MPF, a paralisação da demarcação agrava os conflitos já existentes na terra indígena, como invasões de madeireiros e garimpeiros.

O MPF menciona na contestação ao TRF que a ex-presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, em reunião com os índios Munduruku em Brasília no dia 17 de setembro de 2014, admitiu que a publicação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) já deveria ter sido feita mas não o foi por interferência de setores do governo interessados na usina hidrelétrica.

De acordo com o MPF, a Funai alegou, para pedir a suspensão, que não poderia prosseguir a demarcação por questões de planejamento e custos. Para o MPF, o argumento não se sustenta. "Ao contrário, economia maior se realizaria se houvesse a efetiva assinatura e publicação do RCID. Afinal, grandes gastos de recursos públicos já ocorreram na contratação e manutenção dos trabalhos do Grupo Técnico (que fez os levantamentos de campo que resultaram no relatório). Publicar o resultado deste trabalho não implica gasto público. Em outras palavras, não publicar o RCID representa elevados gastos públicos", diz o recurso assinado pelos procuradores Janaina Souza e Camões Boaventura.

O G1 tenta contato com a Funai em Itaituba para esclarecimentos sobre a demarcação da terra indígena.